

THONYS AMORIM GASPAR

EDUCAÇÃO E RELIGIÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Trabalho de conclusão de curso, apresentado no Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, como parte do requisito para a aprovação da disciplina de TCC III no curso de Educação Física Licenciatura.

Orientadora: Ana Carolina Capellini Rigoni

Vitória - ES

2022

SUMÁRIO

1. Introdução:	3
2. Objetivos:	6
2.1 GERAL	6
2.2 ESPECIFICO	6
3. Religião e Educação	7
4. Laicidade	8
5. A Relação Entre Corpo e Religião	9
6. Metodologia	12
7. Revisão Dos dados:	14
TABELA 1.....	14
TABELA 2.....	21
8. Artigos analisados	23
8.1 HISTÓRICOS E ANTROPOLÓGICOS.....	24
8.2 ENSINO RELIGIOSO E LAICIDADE.....	31
8.3 GÊNERO E SEXUALIDADE.....	36
8.4 Corpo.....	40
9. Analise dos artigos	48
10. Considerações finais	49
11. Referências bibliográficas	51

1. INTRODUÇÃO

As questões sobre religião sempre me chamaram muita atenção, até mesmo antes de ingressar na faculdade, visto que as primeiras opções de curso com as quais flertei foram teologia e filosofia, afinal de contas, meu primeiro desejo era ser padre. Por uma questão de vocação (ou falta dela), acabei escolhendo outro caminho, o qual, naquele momento, não sabia que também era atravessado pelas questões religiosas, de algum modo.

A primeira relação que percebi entre a Educação Física e o universo religioso foi no segundo período da faculdade, onde eu já tentava buscar uma temática para meu trabalho de conclusão de curso (TCC). A matéria de “Educação Física, Educação e Reflexão Filosófica” me abriu os olhos para a possibilidade de trabalhar com a religião, depois da discussão de um texto sobre “O homem como ser corporal”, de Inácio Strieder, onde discutia-se a questão sobre corpo e alma.

A primeira vez que havia lido um texto relacionando a Educação Física com o ensino religioso foi quando eu estava finalizando a matéria de SAC IV (Seminário Articulador de conhecimento IV), quando acabei citando a minha ideia de TCC com o meu então professor, que me indicou a professora Ana Carolina Capellini Rigoni. Acabei lendo dois textos de sua autoria e, me sentido identificado, resolvi desenvolver esta pesquisa sob sua orientação. Naquele momento eu queria estudar a relação entre corpo e religião nas aulas de Educação Física.

O controle dos corpos são pautas sempre presentes nas diversas igrejas cristãs, sejam as mesmas católicas, protestantes ou pentecostais. Essa tentativa de controle dos corpos, apenas instaurou uma disputa sobre o que é certo ou errado com as outras religiões. Disputa que inevitavelmente, chega até a escola, seja por via dos professores e funcionários ou dos próprios alunos. Neste sentido, educação escolarizada e religião têm caminhado juntas há muito tempo.

Hoje, além das escolas públicas, que em tese são laicas, nós encontramos diversas escolas confessionais, nas quais a religião é o princípio fundador. Se mesmo nas escolas públicas é possível perceber a interferência religiosa, nas escolas confessionais a interferência não só é evidente como um princípio. As escolas confessionais têm uma influência histórica muito grande na educação brasileira, desde a contribuição da educação dos jesuítas. Educação confessional é aquela onde a

escola é mantida e/ou gestada por alguma religião, no caso do Brasil, em sua maioria pelas igrejas Cristãs (SCHUNEMANN,2009).

Ainda segundo o mesmo autor, Schunemann (2009), a educação confessional (em especial da educação católica) foi por muito tempo sinônimo de educação no Brasil, na qual não trabalhava apenas a educação religiosa, mas outros ensinamentos como desenvolvimento da capacidade linguística, ensino de Matemática e outras disciplinas.

De acordo com Schunemann (2009), na era Vargas, a educação pública passou a receber ações efetivas de expansão e aumento sistemático da oferta, fazendo com que a educação confessional deixasse de ser a única possibilidade de educação no Brasil, embora a universalização do ensino fundamental tenha sido alcançada praticamente só no fim do século XX. Sendo assim o crescimento das escolas públicas fez com que a educação confessional represente hoje muito menos, em termos de ofertas de ensino, que no passado, no entanto ainda permanece presente. Se antes as escolas católicas dominavam a educação confessional, hoje elas concorrem com as diversas escolas evangélicas como as adventistas, por exemplo.

Se a educação informal repassada por estas igrejas já é significativa no comportamento de seus fiéis, quando se trata de uma educação escolar, formalizada sobre os princípios religiosos, o tipo de conhecimento tratado nos diferentes componentes curriculares pode ser severamente afetado. A questão da origem do mundo ou do darwinismo é um exemplo recorrente. Na Educação Física, disciplina que trata especificamente do corpo e do movimento, os princípios religiosos são evidentes.

De acordo com Rigoni e Daolio (2016), as igrejas evangélicas buscam restringir os comportamentos dos fiéis, e neste processo de restrição à Educação Física e suas práticas têm sido alvos constantes de atenção por parte de seus membros. Essas restrições dificultam o próprio conceito de educação física escolar, partindo da ideia de que a mesma não se trata apenas de jogos e esportes, mas sim do estudo da cultura corporal (RESENDE e SOARES, 1996).

Foi diante destas primeiras reflexões que, num primeiro momento, o trabalho proposto era uma pesquisa de campo em escolas confessionais, com o objetivo de compreender se as aulas de Educação Física destas escolas com formação religiosa tinham alguma diferença das aulas em escolas públicas e/ou laicas. No entanto, com

o advento da pandemia de covid-19, não consegui desenvolver a ideia e acabamos, eu e minha orientadora, definindo outro projeto, mas ainda tendo como foco, a relação entre religião e escola e o modo como o corpo era influenciado/educado pela religião.

Partindo deste contexto, esta pesquisa se configurou, portanto, numa revisão de literatura com o objetivo de compreender o que se tem produzido no âmbito acadêmico sobre Educação e religião. Além disso, como proposta secundária, analisar as pesquisas que se ocupam de refletir sobre as questões relacionadas ao corpo na intersecção entre educação e religião.

No âmbito acadêmico o estudo relacionado à religiosidade contribuirá para avanços em pesquisas e análise de dados, pelo fato de ainda haver poucas pesquisas relacionadas à influência religiosa nas escolas. No campo profissional, este estudo se justifica pela importância em compreender como a religião cristã exerce influência na escola e no processo de escolarização.

2. OBJETIVOS

2.1 GERAL

O objetivo deste estudo foi realizar uma revisão sistemática dos trabalhos publicados nos últimos anos, que se dedicaram, de alguma maneira, primeiro a pesquisar a relação entre educação e religião, e, depois, a relação entre corpo, educação e religião.

2.2 ESPECÍFICOS

- Analisar como a religião cristã exerce influência na escola e no processo de escolarização;
- Compreender como a religião cristã afeta os conteúdos trabalhados.
- Compreender como a religião cristã influencia na educação dos corpos e refletir sobre estas possíveis influências nas aulas de EF.

3. RELIGIÃO E EDUCAÇÃO

A religião é um fenômeno cultural presente em todas as partes do mundo e em toda a história da humanidade (BOTELHO, 2010). Ximenes (apud Souza, 2015) define religião como a crença na existência de força(s) sobre-humana(s), criadora(s) do Universo. Ou ainda como “cada um dos vários sistemas organizados que se baseiam nessa crença, e que possuem doutrinas e rituais próprios”. Marx (apud Souza, 2015) define a religião como “o suspiro da criatura acabrunhada pela infelicidade, a alma de um mundo sem coração, assim como é o espírito de uma época sem espírito. É o ópio do povo”.

De acordo com Souza (2015), existem inúmeros segmentos religiosos, e que para cada religião existe uma crença diferente. Cada religião traz consigo elementos dogmáticos, elementos estes que se apresentam carregados de significados. Religião pode ser definida como a crença na existência de força ou forças sobrenaturais, no caso das religiões Cristãs, o Cristianismo, é a religião ou doutrina cristã que propaga a fé em Jesus Cristo, seguindo o exemplo de sua vida e seus ensinamentos, como filho de Deus. Souza (2015) ainda afirma que o cristianismo é a filosofia de vida mais comum entre as populações ocidentais. Sendo o cristianismo a filosofia mais comum, é esperado que o mesmo possua uma grande influência em diversos aspectos da sociedade, porém esse tópico pretende falar especificamente sobre a sua influência na educação.

De acordo com Ribeiro (2020), a constituição brasileira diz que educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, e deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Mas como dito na introdução, segundo Schunemann (2009), a educação confessional (em especial da educação católica) foi por muito tempo sinônimo de educação no Brasil, na qual não trabalhava apenas a educação religiosa, mas outros ensinamentos como desenvolvimento da capacidade linguística, ensino de Matemática e outras disciplinas. Durante a era Vargas a educação pública passou a receber ações efetivas de expansão e aumento sistemático da oferta, fazendo com que a educação confessional deixasse de ser a única possibilidade de educação no Brasil. Porém,

ainda assim, a religião continuou possuindo grande influência na educação, permanecendo até hoje.

De acordo com Oliveira (2017), a escola é um espaço de formação e local de convívio social entre diferentes culturas. Tem sua obrigatoriedade definida por lei, à responsabilidade de formar para a valorização da diversidade. Os órgãos públicos são de todos e devem se abster de preferência ou privilegiar uma ou outra conforme instituído.

O que se percebe, durante a recapitulação da historicidade do país em âmbito educacional, é que o aspecto legal por muitas vezes esteve embaraçado a questões de cunho religioso (CONCEIÇÃO, 2013). Sempre importante lembrar que, apesar da grande influência da religião cristã, de acordo com Ribeiro (2020), o Estado é o responsável por garantir harmonia dos diversos anseios humanos, desde a liberdade religiosa até o direito à educação.

4. LAICIDADE

Não seria possível deixar de falar que as discussões sobre a laicidade se encontram diretamente pautadas pela presença da religião nas esferas da política, impedindo que o Estado cumpra a sua função constitucional de forma plena e eficaz (GABATZ, 2017).

Segundo Gabatz (2017) a laicidade diz respeito a uma separação entre religião e Estado. Sendo que o Estado se apresenta como neutro em termos confessionais. As instituições do Estado também são autônomas em relação à religião. Elas não devem ser submissas aos desejos, interesses e valores religiosos. O Estado deve garantir o mesmo tratamento a todas as confissões religiosas e garantir a liberdade de expressão também aos que não creem. Canotilho (apud GABATZ, 2017, p 3) diz que “a laicidade pode ser diretamente relacionada a dois direitos fundamentais do constitucionalismo contemporâneo: igualdade e liberdade de crença”.

De acordo com Oliveira (2017), a diversidade é uma marca dinâmica da história da humanidade. O processo histórico de laicização do ensino no Brasil, parte da premissa que o país colonizador, de forma forçada consolida o catolicismo na colônia brasileira, formando instituições religiosas em todo país por longo período. No século XIX fatores políticos, econômicos, sociais e culturais foram o ponto de partida no

processo de laicização, contribuindo para a dissociabilidade entre império e sacerdócio. Com a liberdade religiosa, a educação ganha fortalecimento para a democracia

Sendo o Brasil um estado laico, nenhum tipo de educação religiosa (pelo menos tendenciosa) deveria estar presente nas escolas públicas. Tradicionalmente, sempre nos deparamos com a influência da religião cristã em diversas escolas públicas. Até pouco tempo atrás, a influência católica era evidente, mas hoje em dia, também é muito comum encontrarmos algumas com forte tendência evangélica. Essa relação entre religião e educação em um país laico causa profunda discussão se pensado em uma tentativa de diálogo com a educação escolar.

5. A RELAÇÃO ENTRE CORPO E RELIGIÃO

De acordo com Paula (2015), o pecado e a salvação norteiam as ações dos cristãos do século I ao século XXI, girando em torno do corpo e da purificação do mesmo. O corpo é o lugar do pecado, e nas leis judaicas deve ser livre de impurezas, sendo assim, a purificação do corpo se relaciona com o arrependimento dos pecados. O corpo é o lugar concreto das ações religiosas que buscam o retorno da humanidade decaída após o gesto equivocado de Adão e Eva ao paraíso.

Historicamente, a igreja concebe o ser humano de forma dualista, considerando a alma como sagrada e o corpo como impuro (ALMEIDA, 2011). Devido a essa visão dualista, muitas vezes, a sociedade colocava um contraponto entre o corpo e a alma, nos “descorporificado”, compreendendo o corpo apenas como nossa dimensão física, um objeto para guardar a pureza, ou seja, a nossa alma (STRIEDER, 2012).

Ao que parece, o dualismo antropológico tem a sua raiz numa realidade que o homem observa empiricamente em si mesmo. Pois quando o homem reflete sobre a sua natureza, verifica que nele existem dois aspectos. Algumas de suas qualidades e atividades pertencem-lhe como corpo físico e são observáveis aos outros, e, num sentido óbvio, são espacialmente localizáveis; mas há também nele processos só observáveis por ele mesmo, e, ao que parece, não ligados estritamente a nenhum órgão físico. Por exemplo: pensamentos não expressos verbalmente, desejos e sentimentos, esperanças, temores, memórias e expectativas. Como estes processos não são publicamente observáveis, e não facilmente localizáveis, são interpretados como não-físicos, concluindo-se que sua origem é uma entidade não-física, que seria seu sujeito, assim como o corpo é o sujeito da atividade física. O sujeito dos atos não-físicos é então denominado alma {psyché} ou mente {mus}. (STRIEDER, 2012, p.95).

Na Idade Média, o Papa Gregório, o Grande, caracterizou o corpo como uma "abominável vestimenta da alma" (LE GOFF e TRUONG, 2006), deixando evidente a maneira como o corpo era visto, no caso, como impuro para a alma, sendo a salvação da mesma a penitência corporal.

De um lado, o corpo é desprezado, condenado, humilhado. A salvação, na cristandade, passa por uma penitência corporal. No limiar da Idade Média, o papa Gregório, o Grande, qualifica o corpo de "abominável vestimenta da alma". O modelo humano da sociedade da alta Idade Média, o monge, mortifica seu corpo. O uso do cilício sobre a carne é o sinal de uma piedade superior. Abstinência e continência estão entre as virtudes mais fortes. A gula e a luxúria são os maiores pecados capitais. O pecado original, fonte da desgraça humana, que figura no Gênesis como um pecado de orgulho e um desafio do homem lançado contra Deus, torna-se na Idade Média um pecado sexual. O corpo é o grande perdedor do pecado de Adão e Eva assim revisitado. O primeiro homem e a primeira mulher são condenados ao trabalho e à dor - trabalho manual ou trabalho de parto acompanhados de sofrimentos físicos - e devem ocultar a nudez de seus corpos. Dessas consequências corporais do pecado original a Idade Média tirou conclusões extremas. (LE GOFF e TRUONG, 2006, p.11).

De acordo com Gomes-Da-Silva (2017), entre tantas questões que a reforma protestante trouxe, uma delas seria nas implicações pedagógicas na política educacional quinhentista destacando a proposição educacional de Martinho Lutero e como isso influencia o corpo. Ainda de acordo com Gomes-Da-Silva (2017) Essa proposta rompeu com a mentalidade que havia na época em pelo menos, dois processos: Primeiro, valorizando a língua nacional, a partir das traduções, publicações e criação de escolas populares; Segundo, propondo um modelo educacional fora dos parâmetros escolásticos ou das Artes Liberais, que eram usadas para preparar os jovens candidatos à vida monástica.

Com o passar do tempo, mesmo com a reforma protestante, o corpo seguia em discussão. De acordo com Gomes-Da-Silva (2017), um dos princípios pedagógicos de Lutero que se destacava era a atenção ao prazer e ao corpo, visto que a escola deixa de ser um lugar de sofrimento e de preocupação, exclusiva, com a alma, para ser um lugar de prazer e de alegria.

Ora, a juventude tem que dançar e pular e está sempre à procura de algo que cause prazer. Nisto não se pode impedi-la e nem seria bom proibir tudo. Por que então não criar para ela escolas deste tipo e oferecer-lhes estas disciplinas? Visto que, pela graça de Deus, está tudo preparado para que as crianças possam estudar línguas, outras disciplinas e História com prazer e brincando. Pois as escolas de hoje já não são mais o inferno e purgatório de nossas escolas, nas quais éramos torturados com declinações e conjugações, e tantos açoites, tremor, pavor e sofrimento não aprendemos simplesmente nada (LUTERO, 1993, v.5, 319).

Um outro marco importante de Lutero dentro da reforma protestante, de acordo com Paula (2015), foi considerar o corpo como morada do Espírito Santo, inspirado em Santo Agostinho, desvinculando o sexo do pecado original, além de avançar na condição de igualdade entre o homem e a mulher evidenciando que ambos têm deveres e direitos iguais.

Com a reforma protestante a igreja católica deixou de ser a única religião cristã, ocorrendo uma proliferação de igrejas pelo mundo, e que crescem cada vez mais. Mas apesar das evoluções que vieram junto com a reforma, Paula (2015) diz que o pecado e salvação norteiam as ações dos cristãos do século I ao século XXI e giram em torno do corpo e de sua purificação, onde o corpo é o lugar do pecado e a purificação se relaciona com o arrependimento dos pecados.

Durkheim (apud FERREIRA, 2010, p. 16) diz que “o que melhor define o fenômeno religioso é a oposição entre o sagrado e o profano”. Vendo esse conceito, e observando a preocupação com o corpo, é possível compreender o motivo de ainda existirem resistências, preconceitos e intolerâncias quanto ao vínculo de diversas práticas corporais, no entanto, em contradição, as práticas também podem ser vistas formas de cuidar do corpo (FERREIRA, 2010).

Ainda segundo Ferreira (2010), a alma também evidencia a noção de divino e mundano, quando posta em comparação com o corpo. Sendo a alma sagrada e o corpo profano. Mas com o passar do tempo essas concepções foram sendo alteradas. Hoje a alma continua enaltecida, mas o corpo e as “coisas do mundo” já não são tão negados como antes. Com a emergência das concepções com base na Teologia da prosperidade, por exemplo, hoje não se vê mais como profano a busca por conforto, prosperidade, riquezas e até mesmo o cuidado do corpo.

6. METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta é uma pesquisa de revisão sistemática. Segundo Sampaio e Mancini (2007, p.84):

Uma revisão sistemática, assim como outros tipos de estudo de revisão, é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema. Esse tipo de investigação disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada.

Ainda segundo Sampaio e Mancini (2007), antes de se iniciar uma revisão sistemática, três coisas devem ser consideradas, que são: Definição do objetivo da revisão; Identificação da literatura; Seleção dos estudos que podem ser incluídos. Sendo assim, o intuito da pesquisa é fazer um panorama do que os autores têm produzido nos últimos anos sobre educação, corpo e religião, partindo do pressuposto de que a religião tem interferindo na educação e no comportamento das pessoas no ambiente escolar.

Para a realização da revisão sistemática, realizei uma busca guiada por palavras-chaves, no *site* da “SciELO¹”. Utilizei o cruzamento das palavras “educação”, “corpo” e “religião”, bem como outros termos associados a essas palavras como “religião e escola”, “corpo e escola”, entre outros.

A busca foi realizada no mês de junho de 2022, atendendo aos seguintes critérios: o artigo deveria estar publicado no idioma português, estar publicado em formato completo, ter sido publicado entre 2018 e 2022 e corresponder ao tema da pesquisa. Ao todo foram encontrados 355 artigos, sendo que após uma triagem a maior parte deles (340 artigos) foram descartados, pois esses não atendiam aos critérios de inclusão anteriormente escolhidos.

Com a página da SciELO aberta no navegador, utilizamos a opção de “pesquisa avançada” e fazendo uma filtragem, limitando a busca em trabalhos publicados entre 2018 e 2022. Limitamos a busca, também, a artigos citáveis apenas no português do Brasil. Após aplicar todos esses filtros realizamos o levantamento, pesquisando pelas palavras chaves e suas diversas possibilidades de cruzamento.

A primeira busca foi realizada através do cruzamento das palavras “escola” e “religião”, onde 17 artigos foram encontrados, no entanto todos foram descartados.

¹ Link da SciELO: <https://www.scielo.br/>

Depois foi realizada a segunda busca, e as palavras foram “educação” e “religião”, e o resultado foi de 32 artigos, onde apenas 10 foram selecionados. A terceira pesquisa foi pelas palavras “religião e corpo” e 7 artigos foram encontrados, sendo todos descartados. Depois, a busca foi pelo cruzamento das palavras “escola”, “corpo” e “religião”, e o resultado foi de 0 artigos. A quinta pesquisa foi pelas palavras “educação”, “corpo” e “religião”, e mais uma vez o resultado foi de 0 artigos. A sexta pesquisa foi com as palavras “corpo” e “escola”, onde foram encontrados 49 artigos, mas desses apenas 2 foram selecionados. Por fim, foi feita a pesquisa com as palavras “corpo” e “educação”, onde foram encontrados 250 artigos, sendo que apenas 3 artigos foram selecionados.

Ao todo, foram encontrados 355 trabalhos, mas após uma primeira triagem, percebemos que alguns trabalhos eram repetidos. Após as buscas, todos os trabalhos encontrados foram separados para que uma segunda triagem fosse realizada, e assim, fossem identificados os possíveis artigos.

A triagem se deu a partir da leitura dos resumos de cada artigo, e após isso dos 355 artigos, 340 foram descartados e 15 foram selecionados para serem analisados. Estes artigos foram descartados porque, apesar de citarem as palavras chaves ao longo do texto, não tratavam especificamente sobre a relação entre educação, corpo e religião, mostrando as interferências que a religião cristã causa no ambiente escolar.

7. REVISÃO DOS DADOS

Abaixo, seguem duas tabelas, onde na primeira os artigos foram organizados com as seguintes informações: dados bibliográficos (autores, título, periódico, ano de publicação e link de acesso) e o resumo de cada um dos artigos selecionados. A segunda tabela contém o tipo de pesquisa, quais métodos foram usados, área do estudo da pesquisa e instituições onde a pesquisa foi realizada ou está vinculada.

TABELA 1:

DADOS BIBLIOGRÁFICOS	RESUMO
<p>1. VARGAS, Evandro Francisco Marques; PINHO, Leandro Garcia. Um exame do estado da arte sobre ensino religioso no Brasil em periódicos acadêmicos (2012-2017). Educação em Revista [online]. 2020, v. 36. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-4698235147. Acesso em: 23 Jul. 2022.</p>	<p>Na área da História da Educação, a temática do Ensino Religioso move debates acalorados. Este artigo toma, por questão de estudo, como vêm se delineando as produções em periódicos científicos, voltadas para a discussão do ensino religioso no Brasil, a partir de suas legislações específicas. Para tal, um levantamento foi realizado na base de dados do portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; e, a partir dos artigos publicados no quinquênio 2012 a 2017, fez-se o esforço de realização de um estado da arte sobre o tema. A conclusão é que os artigos selecionados desvelam os limites e desafios à laicidade ao fazer da regulamentação do ensino religioso e sua implantação, um mecanismo de regulação da religião na esfera pública educacional. Todavia, sobressai, no resultado de nossa análise, que o processo de escolarização do ensino religioso passa por um momento ímpar na busca de afirmação curricular e reconstrução epistemológica, motivado pela positividade legal, que veda o proselitismo, e dá aporte para a discussão de temáticas e fenômenos que incorrem na realidade concreta em que se move a cultura escolar.</p>
<p>2. VALENTE, Gabriela Abuhab. Socialização profissional docente ou como uma prática se naturaliza? Um estudo sobre a naturalização do religioso na prática docente. Educação em</p>	<p>Dois estudos etnográficos realizados entre 2013 e 2019 revelaram a presença naturalizada de recursos de caráter religioso na prática docente de professores do Ensino Fundamental. O objetivo deste ensaio é propor uma reflexão sobre os fatores externos (cultura, contexto</p>

<p>Revista [online]. 2020, v. 36. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-4698233381. Acesso em: 23 Jul. 2022.</p>	<p>histórico e deontologia profissional) e internos (socialização profissional e condições de trabalho) à prática docente que contribuem para o processo de naturalização do uso do religioso como um recurso pedagógico e didático. Para tanto, partimos de uma análise bibliográfica de textos franco-luso-brasileiros em história e em sociologia da educação que abordam a questão da religião no sistema educativo. Ademais, as teorias da socialização profissional e da profissionalização docente foram mobilizadas para a construção da argumentação. Conclui-se que os fatores existentes agem em sinergia e reforçam a possibilidade de utilização de recursos religiosos nas escolas públicas. Este fato é revelador de uma particularidade não apenas da educação brasileira, mas também da configuração social do País, em que a religiosidade marca sua presença.</p>
<p>3. PAIVA, Vera; ANTUNES, Maria Cristina; SANCHEZ, Mauro Niskier. O direito à prevenção da Aids em tempos de retrocesso: religiosidade e sexualidade na escola. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]. 2020, v. 24. Disponível em: https://doi.org/10.1590/Interface.180625. Acesso em: 23 Jul. 2022.</p>	<p>Esse artigo discute os desafios da prevenção em tempos de crescimento de casos de Aids entre jovens. Opiniões e práticas de estudantes no ensino médio, coletadas em pesquisa realizada de 2013-2017, indicaram que estavam incorporando o discurso preventivo e que a religiosidade tem efeito em crenças e valores antes da iniciação sexual, mas pode interferir negativamente no uso de preservativo desde a primeira relação. Sustentar o direito à prevenção dependerá de ampliarmos a compreensão pública sobre como a religiosidade vivida difere da política-religiosa. Sugere-se monitorar o efeito da retomada de discursos morais que remontam à ditadura civil-militar e da possível descontinuidade de programas de prevenção bem-sucedidos junto aos jovens desde os anos 1990. É urgente compreender a dinâmica entre velhos e novos discursos que estruturam a sexualização (frequentemente via redes sociais) assim como o acesso à recomendada “prevenção combinada” das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST/Aids).</p>
<p>4. MOURA, Carlos André Silva de. Religião e educação: os projetos dos jesuítas portugueses em tempos de exílio no Brasil (1910-1938). Pro-Posições [online]. 2019, v. 30. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-</p>	<p>Após a implementação da República em Portugal, em 5 de outubro de 1910, as ações laicistas do governo atingiram as atividades das ordens religiosas. Com os decretos do novo sistema político, membros da Companhia de Jesus se exilaram em vários países, sobretudo na Espanha, Itália e no Brasil. A escolha por cidades brasileiras foi incentivada pela língua em</p>

<p>6248-2017-0171. Acesso em: 23 Jul. 2022.</p>	<p>comum, aproximações culturais, e, principalmente, pelos projetos religiosos desenvolvidos no país. O artigo tem o objetivo de compreender parte das ações dos membros da Província Portuguesa Dispersa no Brasil na primeira metade do século XX, analisando as relações entre seus projetos pedagógicos, a organização de uma missão cultural e o processo de Restauração Católica. A partir da História Cultural, também buscamos compreender como as ações educacionais foram um instrumento de mediação cultural para promover novas ideias e cultos por parte dos jesuítas.</p>
<p>5. RIPE, Fernando Cezar; AMARAL, Giana Lange. O governo dos sujeitos infantis masculinos: instruções modelares para um menino cristão em um manual de civilidade português do final do século XVIII. Revista Brasileira de História da Educação [online]. 2018, v. 18. Disponível em: https://doi.org/10.4025/rbhe.v18.2018.e040. Acesso em: 23 Jul. 2022.</p>	<p>Este artigo analisa os discursos sobre o ensino de civilidade para a rotina da infância masculina, presentes na obra <i>Escola de política ou tractado pratico da civilidade portugueza</i> (1786), de autoria do padre português João da Nossa Senhora da Porta Siqueira (17??-1797). No final do século XVIII, a circulação de impressos que enunciavam a modelação de uma imagem específica para o sujeito infantil ganhou centralidade na cultura impressa portuguesa. A problemática teórica está fundamentada na categoria 'governamentalidade', com a finalidade de estabelecer bases enunciativas sobre as práticas de subjetivação, que constituíram a população infantil masculina de uma época. Defende-se, assim, que a relação discursiva acerca do infantil civilizado seguiu um conjunto de regras normativas sobre a urbanidade cristã, a boa aparência com o corpo e da polidez no trato social.</p>
<p>6. PAIVA, Geraldo José. O Estado e a educação religiosa: observações a partir da psicologia. Publicado em Psicologia: Teoria e Pesquisa, [online]. v.22, n.1, pp.63-67, 2006. Estudos Avançados [online]. 2018, v. 32, n. 93. pp. 197-206. Disponível em: https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180038. Acesso em: 23 Jul. 2022.</p>	<p>O tema da educação religiosa oferecida pelo Estado é tratado do ponto de vista das condições psicológicas adequadas sua eficiente ministração, a saber, estabelecimento de relações interpessoais no pequeno grupo, nitidez na apresentação das informações e inserção num grupo de referência mais abrangente. Como base filosófica, necessária ao ponto de vista psicológico, é apresentada a visão de Habermas e Ratzinger do Estado democrático, cuja função é não só tolerar, mas promover a diversidade cultural dos grupos que o compõem, sobre o pressuposto da ação comunicativa ou do diálogo.</p>
<p>7. BILHÃO, Isabel Aparecida; KLAFFKE, Álvaro</p>	<p>O artigo analisa o processo de constituição do Movimento de Educação de Base - MEB - ,</p>

<p>Antônio. Igreja, Estado e educação: uma análise da constituição do Movimento de Educação de Base (MEB). Revista Brasileira de História da Educação [online]. 2021, v. 21. Disponível em: https://doi.org/10.4025/rbhe.v21.2021.e153. Acesso em: 24 Jul. 2022.</p>	<p>refletindo sobre a dinâmica das relações entre Igreja e Estado no Brasil, em um momento em que a educação no meio rural era disputada por diversos grupos sociais. Tem por objetivo compreender como, no interior de um Estado oficialmente laico, pôde ser firmado e justificado um convênio no qual o governo federal brasileiro financiou um movimento proposto e coordenado pela Igreja Católica. Embasando-se teoricamente nas noções de grupos de elite e influência, investiga as aproximações entre os agentes governamentais e religiosos envolvidos na consecução do acordo. Finalmente, analisa o decreto de formalização do convênio, relacionando alguns de seus pontos principais com o processo antecedente.</p>
<p>8. MUNIZ, Tamiris Alves; SOUZA, Sauloéber Tarsio. Evangelizar, educar e modernizar: os institutos Samuel Graham e Granbery e a experiência protestante em Goiás (1943-1963). Revista Brasileira de História da Educação [online]. 2022, v. 22. Disponível em: https://doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e193. Acesso em: 24 Jul. 2022.</p>	<p>O presente artigo busca analisar os primórdios da educação protestante em Goiás, em particular, o processo de criação do Instituto Samuel Graham em Jataí (1942), de iniciativa presbiteriana, e do Instituto Granbery em Pires do Rio (1943), de filiação metodista. Trata-se de duas vertentes do protestantismo missionário que se instalou no Brasil a partir de meados do século XIX. A análise desses dois institutos tem por objetivo perceber o contexto histórico em que se deu a criação destes, suas aproximações, singularidades e a relação de cada um com as experiências processadas em âmbito nacional, e assim pensar as finalidades, os atores sociais e as intersecções entre religião e educação, tradição e modernidade, público e privado que concorreram para a criação dessas escolas confessionais.</p>
<p>9. SANTOS, Ademir Valdir. Escrita escolar, caminho religioso: o caderno de Albino Luciani - Papa João Paulo I. Educação e Pesquisa [online]. 2019, v. 45. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945187425. Acesso em: 24 Jul. 2022.</p>	<p>O artigo tem como objeto um caderno escolar, considerado como meio através do qual se pode conhecer o que se ensinou e como foi ensinado, registrando discursos que transmitem valores relacionados ao currículo e à ação dos sujeitos. Pertenceu a Albino Luciani, que o construiu entre 1922 e 1923, quando era aluno da quarta elementar de uma escola da atual Canale d'Agordo, municipalidade onde nasceu, localizada no norte da Itália. Os objetivos são: caracterizar as práticas educativas registradas; analisar o conteúdo da escrita questionando seu papel na transmissão de valores religiosos associados à formação da infância; e discutir os nexos entre os conteúdos do caderno e a posterior trajetória de vida. A metodologia é</p>

	<p>embasada na análise de conteúdo. As análises mostram que nas 78 páginas há redações, cartas, exercícios e ditados. Várias escritas apresentam elementos de ensino da religião que pregam atitudes cristãs e preceitos ético-morais, destacando a caridade, a compaixão, o respeito e o amor à família; alguns textos tratam da disciplina, dos castigos e de falhas como jogar pedras, mentir, ser hipócrita e blasfemar contra Deus. São evidentes as contribuições formativas da escola primária italiana, indicando um ambiente histórico e uma cultura escolar com forte presença do ensino religioso. Os resultados ratificam interpretações que vinculam aspectos culturais – que foram ensinados e aprendidos na infância – à posterior trajetória de formação que levou à escolha profissional de essência religiosa, culminando com o papado.</p>
<p>10. LIMA, Diego Ferreira; GÓIS, Edivaldo. Educação do corpo, modernidade e os salesianos em escolas brasileiras no início do século XX. Journal of Physical Education [online]. 2018, v. 29. Disponível em: https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v29i1.2927. Acesso em: 24 Jul. 2022.</p>	<p>Qual seria a melhor estratégia de educação do corpo em uma instituição católica? Esse foi um debate que acomodou discursos modernos e princípios religiosos em escolas brasileiras no início do século XX. Analisar esse contexto pode ajudar a melhor compreender as relações entre os projetos de modernidade e as religiões em conciliação naquele período no Brasil. Tendo em vista tal consideração, esse estudo tem por objetivo observar como as práticas corporais eram utilizadas como conteúdos educacionais em instituições salesianas de ensino. Adotamos como recorte temporal as três primeiras décadas do século XX, momento crucial no que tange à estruturação da escolarização da educação física no Brasil. Conclui que os Salesianos em nenhum momento negaram seus princípios religiosos, mas souberam acomodar em seu cotidiano práticas corporais que até então eram estranhas, já que eram metódicas, racionalizadas, mas propiciavam por meio da educação do corpo a divulgação para as elites de seu projeto educacional marcadamente católico, mas ao mesmo tempo atual e dinâmico, condizente com os tempos modernos do início do século XX.</p>
<p>11. SALLES, Walter; GENTILINI, Maria Augusta. Desafios do ensino religioso em um mundo secular. Cadernos de Pesquisa [online]. 2018, v. 48, n. 169. pp. 856-875. Disponível em:</p>	<p>Este artigo objetiva apontar três dos desafios que se apresentam para o ensino religioso em um mundo secular e como as relações entre a religião e a secularização da sociedade afetaram a educação no Brasil, gerando sensíveis modificações no status do ensino religioso e no</p>

<p>https://doi.org/10.1590/198053145320. Acesso em: 24 Jul. 2022.</p>	<p>conjunto das disciplinas e dos conteúdos escolares, tornando necessária a reflexão ponderada sobre o significado desse ensino e o impacto que, a longo prazo, terá sobre a sociedade brasileira.</p>
<p>12. CAROLLI, André Luís; CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. A desconstrução de discursos discriminatórios de sexualidade e gênero: apresentando diagnósticos e problematizações pertinentes à Educação. <i>Ciência & Educação</i> (Bauru) [online]. 2021, v. 27. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1516-731320210072. Acesso em: 24 Jul. 2022.</p>	<p>A partir das ideias da Desconstrução, de Derrida, desenvolveu-se a desmontagem de discursos discriminatórios da Sexualidade e Gênero, altamente danosos socialmente, a partir de entrevistas com educandos, especialmente, mediante a Arqueologia do Saber e a Genealogia do Poder, segundo Foucault. O objetivo foi apurar a existência de falhas de fundamentação científica, incoerências e contradições nos discursos discriminatórios. Apurou-se forte presença do Logocentrismo embasando discriminações. Nesse âmbito, a ausência da Lógica Formal, associada à falta de conhecimento científico, leva 55,2% de discentes a aderir acriticamente às proposições baseadas em leituras bíblicas descontextualizadas que excluem a hermenêutica. Tais leituras errôneas alimentam formações discursivas discriminatórias, figurando como permanente possibilidade de retrocessos civilizatórios. A Desconstrução se apresentou como caminho viável para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas para combater preconceitos, mediante a educação em todos os níveis e modalidades de ensino.</p>
<p>13. CARVALHO, Cibele Noronha De; GOUVEA, Maria Cristina Soares De. “Palavrão é o que não tem no corpo de Deus”: um estudo do obsceno infantil. <i>Educação em Revista</i> [online]. 2020, v. 36. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-4698221704. Acesso em: 24 Jul. 2022.</p>	<p>Este artigo contempla o chamado obsceno infantil, um conjunto de brincadeiras, rimas, desenhos, palavras e gestos compartilhados pelas crianças que pode ser qualificado como obsceno, constituindo uma das expressões da cultura infantil. A partir do levantamento da produção bibliográfica sobre a temática, no campo do folclore infantil, da sociologia da infância e de estudos psicolinguísticos, busca-se apreender as manifestações do obsceno infantil, através de observação, em uma sala de aula, de crianças entre 6 e 7 anos, numa escola particular de classe média urbana. Nesse contexto, verificou-se uma presença rarefeita do obsceno infantil, expresso num diálogo desenvolvido pelas crianças e mediado pela professora, sobre os significados do palavrão, analisado neste trabalho. O diálogo demonstrou que, a partir de seus fragmentos, as crianças buscaram compreender o que define o palavrão, seus usos</p>

	<p>e as razões de sua interdição. Evidenciou-se também a singularidade do olhar das crianças observadas sobre o tema, definida pelo pertencimento sociocultural desse grupo.</p>
<p>14. AMSTEL, Narayna Astra Van; QUITZAU, Evelise Amgarten; SILVA, Marcelo Moraes e. ‘O corpo como residência do Espírito Santo’: a educação do corpo na obra de Benjamin Franklin (1732-1790). Revista Brasileira de História da Educação [online]. 2021, v. 21. Disponível em: https://doi.org/10.4025/rbhe.v21.2021.e146. Acesso em: 24 Jul. 2022.</p>	<p>Benjamin Franklin foi um pensador americano que se tornou figura emblemática do imaginário estadunidense. Neste artigo, apresentam-se suas contribuições relativas à educação do corpo. Para se alcançar o intento, realizou-se uma pesquisa, tendo-se como fontes os escritos de Franklin que abordaram prescrições em relação à dieta e exercícios físicos. Demonstrou-se, pela análise das fontes, que uma moral de cunho religioso moldou os cuidados do corpo, apresentando elementos de quantificação, individualização, treinamento e moderação dos hábitos, com ênfase no papel da natação como atividade útil e saudável. Concluiu-se que uma moral protestante influenciou a visão de Franklin em relação à educação do corpo, por meio do utilitarismo vinculado ao ascetismo como estilo de vida.</p>
<p>15. HERMANN, Nadja. Ética e corpo: a relação silenciada. Educação e Pesquisa [online]. 2020, v. 46. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046222905. Acesso em: 24 Jul. 2022.</p>	<p>O texto, de caráter ensaístico, investiga as razões da negação ou do silêncio do corpo na ética, tendo como contextualização do problema a tradição platônica, cartesiana e cristã e sua interpretação do ser humano como um duplo corpo-alma, que prioriza a consciência de si e reafirma a fundamentação racional da ética. A partir do século XIX, sob o influxo das tendências filosóficas de aspiração à vida, tem início a revisão do entendimento do corpo. Na sequência, apresenta-se a tese de Shusterman de que a rejeição do corpo na ética se deve à força de sua ambiguidade fundamental e se analisam diferentes expressões dessa ambiguidade inscritas no modo como o corpo as experiencia. Uma visão unificada de corpo e mente, como propõem Espinosa e Damásio, reconhece que consciência e emoção não são separadas e que uma consideração do corpo é decisiva para o cuidado de si e para a atenção aos outros. Por fim, argumenta-se que a estética pode operar em favor do corpóreo na ética, em especial para a ética na educação, pelo trabalho das emoções e sentimentos, pois decisões éticas evocam de maneira consistente experiências intelectuais, mas também emocionais, cuja base é corpórea. A literatura, pela experiência estética que provoca, apresenta condições especiais para</p>

	narrar a complexidade envolvida na vida ética e trabalhar emoções e sentimentos, como se observa na obra <i>A morte de Virgílio</i> , de Hermann Broch.
--	---

TABELA 2:

TIPO E MÉTODO DO PESQUISA		ÁREA DE ESTUDO	INSTITUIÇÃO ONDE A PESQUISA ESTÁ VINCULADA
1	Qualitativa; Descritiva e parcial; Estado da arte.	Educação.	Universidade Estadual do Norte Fluminense
2	Qualitativa; Descritiva; Etnografia.	Educação; Sociologia.	Université Lumière Lyon 2, Laboratoire Education, Cultures, Politiques (ECP). Lyon, França.
3	Qualitativa; Descritiva; Levantamento de campo.	Educação; Saúde.	Universidade de São Paulo; Universidade Tuiuti do Paraná; Universidade de Brasília.
4	Histórica/documental.	História; Educação.	Universidade de Pernambuco
5	Histórica/documental;	História Cultural; Educação.	Universidade Federal de Pelotas

6	Qualitativa.	Psicologia; Educação.	Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
7	Histórica; Estudo de caso/documental.	História; Educação.	Universidade do vale do Rio dos Sinos (Unisinos); Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)
8	Histórica/documental.	História; Educação.	Universidade Federal de Uberlândia
9	Histórica/documental.	História; Educação.	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
10	Qualitativa; Exploratória; Estudo de caso/documental.	Educação; Antropologia.	Universidade Estadual de Campinas
11	Qualitativa; Explicativa; Estudo de caso.	Educação; Sociologia.	Universidade Católica de Campinas (PUCCamp-SP)
12	Qualitativa; Descritiva.	Educação.	Universidade Estadual Paulista (Unesp); Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
13	Qualitativa; Exploratória; Estudo de caso.	Educação; Sociologia; Antropologia.	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

14	Histórica/documental.	Educação; História; Antropologia.	Universidade Federal do Paraná; Universidad de la Republica Uruguay
15	Descritiva; Ensaio	Educação; Filosofia; Antropologia.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Devido ao caráter do próprio tema estudado, todas as pesquisas podem ser classificadas na área da Educação, na interface com outras áreas do conhecimento. Como descrito na tabela, seis dos quinze artigos encontrados foram elaborados com base em pesquisa histórica. A maioria delas analisa instituições escolares do século XX e suas relações com a Igreja e o movimento protestante, por exemplo. Em relação a região onde a pesquisa foi desenvolvida ou, ainda, onde o(s) pesquisador(es) possui vínculo, treze das quinze pesquisas estão localizadas na região sul e sudeste do país, sendo uma delas realizada em parceria com uma universidade do Uruguai e outra em Brasília. Apenas uma no Nordeste (Pernambuco) e outra vinculada a uma universidade estrangeira (França).

8. ARTIGOS ANALISADOS

Para uma melhor organização dos artigos, os mesmos serão apresentados através de grupos/categorias, sendo divididos em: Históricos e Antropológicos (4;7;8;9) Currículo, Ensino Religioso e Laicidade (1;2;6;11); Gênero e Sexualidade (3;12); Corpo (5; 10; 13; 14; 15). Os artigos 5, 10 e 14 poderiam estar classificados na categoria “históricos e antropológicos”, mas como nosso interesse foi, desde o início, mobilizado pela relação entre religião, corpo e educação, optamos por analisá-los na categoria “corpo”, já que, de alguma forma, suas discussões passam por essa temática.

8.1 HISTÓRICOS E ANTROPOLÓGICOS

O **quarto artigo** (da tabela) é um estudo de caso/documental, que tem o objetivo de compreender parte das ações dos membros da Província Portuguesa Dispersa no Brasil na primeira metade do século XX, analisando as relações entre seus projetos pedagógicos, a organização de uma missão cultural e o processo de Restauração Católica. A partir da História Cultural, também foi buscado compreender como as ações educacionais foram um instrumento de mediação cultural para promover novas ideias e cultos por parte dos jesuítas.

Foi analisado o processo de exílio de membros portugueses da Companhia de Jesus em diversas cidades brasileiras e a execução de parte dos seus projetos educacionais no novo país. O autor destaca que neste texto o processo de expatriação ou imigração não foi abordado apenas como deslocamento geográfico, mas levado em consideração questões sociais, religiosas, culturais e econômicas, as quais contribuíram para esta movimentação humana complexa que manteve relações com as diversas estruturas sociais. Também se buscou compreender as representações sobre o exílio dos membros da Companhia de Jesus no Brasil. Sendo assim, o autor procurou identificar como este fenômeno foi construído, pensado e lido, com narrativas elaboradas em diferentes espaços. O autor reconhece que os membros desta ordem religiosa não se limitaram a ações pedagógicas ou a organizar espaços escolares, uma vez que os trabalhos dos eclesiásticos estavam direcionados a um debate de reafirmação internacional do catolicismo, formando congregações e estruturando novas devoções.

O exílio de religiosos portugueses no Brasil foi incentivado pela política laicista implementada em Portugal. Devido ao novo sistema de governo, as atividades das ordens religiosas passaram a ser regulamentadas pelo decreto de 8 de outubro do mesmo ano, que restaurou as leis aprovadas pelo Marquês de Pombal com relação à expulsão dos jesuítas, em 1759 e em 1767, e por Joaquim António de Aguiar em 1834, que extinguiu conventos, colégios, hospícios e qualquer casa religiosa de todas as ordens regulares em Portugal, Algarve, ilhas adjacentes e seus domínios.

Os laços históricos, a língua em comum, as redes de comunicação com outros lusitanos, o trabalho em torno do movimento de Restauração Católica e as representações sobre o Brasil como nação sem problemas entre o político e o religioso

foram alguns dos motivos que contribuíram para a emigração de eclesiásticos portugueses ao país (Vitorio, 2015).

O artigo diz que vários grupos reivindicavam a proibição da entrada de membros da Companhia de Jesus no Brasil. Mesmo com as diversas manobras dos opositores, os eclesiásticos portugueses receberam autorização para desembarcar no Brasil. No entanto, um grupo de religiosos mais receosos seguiu viagem para Buenos Aires, a fim de evitar novos problemas com o poder civil (Azevedo, 1914).

Sobre “a missão cultural dos jesuítas em tempos de exílio”, para reforçar o projeto de expansão eclesiástica no país, as primeiras instalações a receber os lusitanos foram o Colégio de Nova Friburgo (Rio de Janeiro), o Ginásio Santo Inácio (Rio de Janeiro) e o Colégio São Luís em Itu (São Paulo), coordenados pela província romana da Companhia de Jesus (Azevedo, 1914). Nesses lugares, os eclesiásticos iniciaram suas atividades pastorais e os contatos para se fixar nas diversas dioceses.

As ações dos diversos eclesiásticos, não apenas jesuítas, foram fundamentais para o projeto de Restauração Católica no Brasil – movimento internacional de reafirmação dos valores da Igreja e reestruturação do poder político da instituição.

O artigo ainda diz que nas questões educacionais, o trabalho dos membros da Companhia de Jesus fundamentava-se no estabelecimento do “bom cidadão”, do católico militante e comprometido com os ensinamentos da Igreja. A estruturação deste “homem modelo” iniciava na organização familiar, mas tinha os espaços educacionais como importantes colaboradores para os projetos eclesiásticos. Tais medidas também eram fundamentais para a organização do Estado, especialmente em momentos de controle social e político, como os vivenciados na Era Vargas (1930-1945).

No tópico “Religião, educação e devoção”, o autor cita que os trabalhos que estabeleceram as afinidades entre as ações educacionais e o culto mariano na cidade do Recife legitimaram a presença dos eclesiásticos lusitanos, seja ao estruturar um projeto com base na educação, ou ao organizar uma nova devoção em terras brasileiras. Nas questões educacionais, dom Sebastião Leme, não se limitou a implantar uma instituição de ensino básico ou a trabalhar com jovens em idade escolar, mas intencionava organizar ações para os diversos níveis da formação dos “seus fiéis”. Como parte dos projetos internacionais, as ações pedagógicas da primeira metade do século XX foram fundamentais para a formação de uma

neocrisandade comprometida com os valores católicos. Com a organização de uma instituição de ensino superior, a hierarquia da Igreja romana colaborava com a formação de homens e mulheres em todos os níveis de ensino, por meio de discussões religiosas sobre a educação básica, o ensino das profissões e a formação universitária.

Deve-se compreender a instituição de ensino como um espaço de formação das propostas de recristianização. O projeto dos religiosos foi fundamental para o movimento internacional de reestruturação política e social da Igreja Católica. De tal modo, a missão dos jesuítas foi importante para as ações da Restauração Católica, em especial a elaboração das propostas para uma educação devocional comprometida com os ensinamentos da Igreja romana.

O autor conclui dizendo que o trabalho da Companhia de Jesus na região Norte do Brasil ajudou a expandir a missão desenvolvida pelos representantes da ordem em diversos países. Neste sentido, as atividades dos eclesiásticos foram fundamentais para fortalecer propostas católicas e projetos em torno do movimento de recatolização da sociedade, assim como das instituições. As ações foram imprescindíveis para o intercâmbio cultural em parte do mundo luso-brasileiro, contribuindo com o trabalho desenvolvido pela Província Portuguesa Dispersa no país.

O **sétimo artigo** (da tabela) é um estudo de caso/documental, que faz uma análise do processo de constituição do Movimento de Educação de Base (MEB), refletindo sobre a dinâmica das relações entre Igreja e Estado no Brasil, em um momento em que a educação no meio rural era disputada por diversos grupos sociais. O artigo tem por objetivo compreender como, no interior de um Estado oficialmente laico, pôde ser firmado e justificado um convênio no qual o governo federal brasileiro financiou um movimento proposto e coordenado pela Igreja Católica. Embasando-se teoricamente nas noções de grupos de elite e influência, investiga as aproximações entre os agentes governamentais e religiosos envolvidos na consecução do acordo. O artigo analisa também o decreto de formalização do convênio, relacionando alguns de seus pontos principais com o processo antecedente.

O artigo diz que o MEB foi criado pela Igreja Católica, no início de 1961, com o objetivo de desenvolver um programa educacional, por meio de escolas radiofônicas, junto às populações das áreas rurais consideradas subdesenvolvidas do norte, nordeste e centro-oeste do país. Esse movimento, embora originado da iniciativa

eclesiástica e coordenado por membros do clero, foi financiado pelo governo federal. A proposta de colaboração foi realizada por dom José Vicente Távora, então arcebispo de Aracaju, em nome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ao recém-eleito presidente Jânio Quadros.

De acordo com os autores, este artigo participa das reflexões sobre o MEB a partir de um aspecto ainda pouco contemplado: a análise dos meandros sociopolíticos que viabilizaram sua constituição, em um contexto no qual as iniciativas educacionais desenvolvidas no Brasil, sobretudo nos anos de 1950 e 1960, inserem-se em um processo mais amplo, pautado pelo ideário desenvolvimentista.

A análise embasou-se teoricamente nas noções de grupos de elite e de influência, com base nas reflexões de Bruneau (1974). Outras abordagens oferecem visões distintas, que podem ser, em parte, divergentes ou complementares, tais como as de Wanderley (1984), Kadt (2007) ou Fávero (2006), compondo um panorama de perspectiva histórica bastante ampla.

O estudo partiu de dois procedimentos metodológicos. Inicialmente, à luz de aportes bibliográficos e documentais, refletiu-se acerca da atuação da elite eclesiástica brasileira, destacando-se as relações entre a Igreja Católica e o Poder Executivo federal que possibilitaram o convênio de lançamento do MEB. O procedimento foi a análise documental do Decreto nº 50.370 (1961).

Com base nessa perspectiva teórico-metodológica o texto foi organizado em três tópicos. No primeiro, examina-se o contexto eclesiástico brasileiro, sobretudo as formas de atuação da CNBB nas disputas sociopolíticas da Igreja e seus esforços pela manutenção da influência no meio rural. Ainda nesse tópico identificam-se os principais agentes católicos envolvidos na proposta de implantação do MEB. No segundo tópico abordam-se as relações entre membros do episcopado e os políticos que viabilizaram o estabelecimento do convênio. No terceiro realiza-se a análise do texto do decreto nº 50.370. Nas considerações finais os autores dizem que ao longo do texto, buscou-se contemplar um aspecto ainda pouco observado nos estudos sobre o MEB, o dos meandros sociopolíticos que viabilizaram a sua constituição. O artigo abordou a capacidade de influência do catolicismo em âmbito governamental, junto ao poder central. Essa possibilidade de ação, como se tentou demonstrar, estava intimamente ligada ao posicionamento do episcopado como grupo de elite, portanto, como interlocutor privilegiado.

Aquele que foi um dos movimentos mais relevantes da história da educação popular no Brasil é, recorrentemente, considerado 'de esquerda'. Como esquerdista, foi combatido, em inúmeros momentos de sua trajetória, e teve sua orientação inicial modificada durante a ditadura. Entretanto, há certo paradoxo percebido na constituição do MEB. Ele se instituiu, conforme se tentou demonstrar, por meio de um fluxo de influências percebido entre círculos de elite.

O **oitavo artigo** (da tabela) é um estudo histórico/documental que busca analisar o início da educação protestante em Goiás, em particular, o processo de criação do Instituto Samuel Graham em Jataí (1942), de iniciativa presbiteriana, e do Instituto Granbery em Pires do Rio (1943), de filiação metodista. De acordo com os autores, a análise desses dois institutos tem como objetivo perceber o contexto histórico da criação destes, suas aproximações, singularidades e a relação de cada um com as experiências processadas em âmbito nacional, e assim pensar as finalidades, os atores sociais e as intersecções entre religião e educação, tradição e modernidade, público e privado que concorreram para a criação dessas escolas confessionais.

O artigo diz que o protestantismo de caráter missionário se inseriu no Brasil por volta de meados do século XIX e se valeu da criação de escolas como um elemento de evangelização, assim como fizeram a Igreja Católica no país e os protestantes em geral nos países onde se instalaram (Muniz, 2020). O trabalho educacional protestante foi um meio de promoção religiosa e ainda, um instrumento de promoção dos valores e interesses norte-americanos, de seu ideal de sociedade e de sua política expansionista. A educação protestante se apresentou no Brasil como uma educação moderna, à frente da educação católica; propulsora de novos métodos e recursos didáticos, o que motivou aos poucos o apoio de alguns grupos mais progressistas da sociedade.

As fontes utilizadas pelos autores se constituem, sobretudo, de documentos escolares produzidos pelas duas instituições, tais como: regimentos internos, atas de reuniões escolares, livros de visita, livros e fichas de matrícula, programas curriculares, boletins estatísticos, prospectos e fotografias.

O artigo encontra-se organizado em três seções, além da introdução e considerações finais. A primeira seção apresenta uma leitura histórica sobre as relações entre educação e protestantismo em Goiás. A segunda seção discorre sobre

o processo de criação do Instituto Samuel Graham e do Instituto Granbery, seguida, na terceira seção, pela análise da materialidade e das finalidades educacionais dessas instituições.

Nas considerações finais os autores dizem que a criação dos institutos Samuel Graham e Granbery se inclui no processo de desenvolvimento do protestantismo em Goiás e acompanhou o trabalho missionário norte-americano, que manifestava preocupação com a educação, utilizando-a como uma estratégia missionária e instrumento para promover o progresso social perseguido pela nova fé. Ambas as instituições se preocuparam com o espaço escolar, com a localização e o tamanho do terreno; as propriedades instalaram-se na parte central das cidades e dispunham de grande espaço e infraestrutura, o que concorria com a preocupação protestante de se destacar na cidade e fazer parte de sua paisagem urbana, marcar espaço, bem como desenvolver um amplo trabalho educacional.

Os autores observaram que em Jataí, o trabalho presbiteriano se realizou diretamente vinculado ao trabalho missionário. Já em Pires do Rio, uma atuação mais externa ao campo religioso, forjada pelo campo político local, que manifestou primeiro o interesse na instalação da escola protestante na cidade.

Os autores ressaltam que a constituição dos dois institutos foi forjada em meio a relações de poder e interesse que extrapolaram o campo religioso e se incluem também no campo social e político. Justificadas pelo discurso de modernização do ensino e progresso social, essas alianças realizadas assinalam o poder da religião e sua influência no campo educacional, bem como o interesse político pelo mesmo, sobretudo, nesse caso, o investimento público no campo educacional privado e confessional.

Por fim, os autores entendem que é preciso avançar nesses estudos, e ampliar o olhar para os feitos desses religiosos, que vêm em um movimento mais fundamentalista, expandindo sua influência na sociedade, especialmente, no campo político e educacional, sem, contudo, precisarem investir na criação de escolas.

O **nono artigo** (da tabela) é um estudo histórico/documental onde o autor tem como objeto um caderno escolar, considerado como meio através do qual se pode conhecer o que se ensinou e como foi ensinado, registrando discursos que transmitem valores relacionados ao currículo e à ação dos sujeitos.

O autor diz que tomou como objeto específico o conteúdo de um caderno escolar, documento que, de acordo com Gvirtz e Larrondo (2008, p. 39), é um meio através do qual se pode conhecer o que se ensinou e como, compreendendo-se a escrita como geradora de efeito e a escola como produtora de discursos que transmitem valores vinculados ao currículo e à ação dos sujeitos, compondo a cultura escolar. Tal caderno pertenceu a Albino Luciani (Papa João Paulo I), que o construiu entre 1922 e 1923, enquanto aluno da quarta elementar da escola de Forno di Canale. Único documento desta natureza, integra o acervo do Museo Albino Luciani, dedicado à preservação de objetos pessoais, documentos diversos e fotografias, assim como da biblioteca particular do ex-pontífice.

Quanto aos objetivos da pesquisa, são os seguintes: caracterizar a natureza das práticas educativas registradas; analisar o teor da escrita interrogando seu papel na transmissão de valores de base religiosa associados à formação da infância e discutir o estabelecimento de nexos entre os conteúdos do caderno e a posterior trajetória de vida de seu autor.

A análise de conteúdo principiou na codificação com centralidade nos ditados, temas e exercícios. Dos ditados foram geradas as categorias intermediárias valores morais, escolarização e comportamento. Depois, com base na análise de temas emergiram as categorias intermediárias valores, comportamento infantil, família, escolarização e religiosidade. Por sua vez, com base nos registros categoriais dos exercícios resultaram ortografia, gramática, valores morais, família e religiosidade.

Feito esse registro da categorização estabelecida no processo de passagem de dados brutos para dados organizados, tornou-se viável realizar um novo e último agrupamento. Para isso o autor se pautou pelas indicações de Bardin (1977), segundo as quais devido à homogeneidade entre as categorias iniciais e intermediárias e à sua fertilidade para as inferências, é possível o estabelecimento da categorização final com objetividade, ou seja, embasado por clareza e compreensibilidade. O autor obteve como resultado cinco categorias finais: valores morais, escolarização, comportamento, família e religiosidade.

O autor diz que as análises mostraram que nas 78 páginas há redações, cartas, exercícios e ditados. Várias escritas apresentam elementos de ensino da religião que pregam atitudes cristãs e preceitos ético-morais, destacando a caridade, a compaixão,

o respeito e o amor à família; alguns textos tratam da disciplina, dos castigos e de falhas como jogar pedras, mentir, ser hipócrita e blasfemar contra Deus.

O autor ainda diz que são evidentes as contribuições formativas da escola primária italiana, indicando um ambiente histórico e uma cultura escolar com forte presença do ensino religioso. Os resultados ratificam interpretações que vinculam aspectos culturais – que foram ensinados e aprendidos na infância – à posterior trajetória de formação que levou à escolha profissional de essência religiosa, culminando com o papado de João Paulo I.

8.2 CURRÍCULO, ENSINO RELIGIOSO E LAICIDADE

O **primeiro artigo** (da tabela) é um estudo da arte, no qual os autores pesquisam sobre como vêm se delineando as produções em periódicos científicos, voltadas para a discussão do ensino religioso no Brasil, a partir de suas legislações específicas. Para a busca, foi realizado um levantamento na base de dados do portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; e, a partir dos artigos publicados no quinquênio 2012 a 2017, fez-se o esforço de realização de um estado da arte sobre o tema.

O descritor usado para busca foi “ensino religioso”. Na primeira etapa, foram identificados 286 trabalhos, Para fim de inclusão na base utilizada para construir o presente estado da arte, os seguintes critérios foram adotados: artigos avaliados por pares; disponíveis na íntegra nas bases do portal de periódicos; idioma de publicação em português; e período de publicação compreendido entre 2012 a 2017. Já os critérios de exclusão foram a duplicação de publicações e a remoção dos documentos que não contemplassem os critérios de inclusão. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram identificados 53 artigos. Em seguida, adotou-se outro critério de refinamento para compor este estado da arte: a presença do descritor “ensino religioso” no título, resumo ou palavras-chave, resultando na permanência de apenas 21 artigos.

Após a leitura das publicações, o autor procedeu-se ao processo de avaliação e alocação dos estudos em quatro categorias analíticas: Os favoráveis à positivação do ensino religioso enquanto componente curricular na educação brasileira (5 artigos); Os desfavoráveis ou críticos à entronização do ensino religioso nas políticas

educacionais(10 artigos); Os que buscassem fazer uma síntese ou reflexão metafísica entre estes dois flancos (3 artigos); Os que não se posicionassem claramente quanto à positivação do ensino religioso na escola pública (3 artigos).

Após a pesquisa, os autores concluíram que os artigos selecionados desvelam os limites e desafios à laicidade ao fazer da regulamentação do ensino religioso e sua implantação, um mecanismo de regulação da religião na esfera pública educacional. Todavia, sobressai, no resultado de análise, que o processo de escolarização do ensino religioso passa por um momento ímpar na busca de afirmação curricular e reconstrução epistemológica, motivado pela positivação legal, que veda o proselitismo, e dá aporte para a discussão de temáticas e fenômenos que incorrem na realidade concreta em que se move a cultura escolar.

O **segundo artigo** (da tabela) é uma etnografia que parte de dois estudos anteriores, produzidos em 2013 e 2019, que relatam a presença de recursos religiosos na docência de dois professores do Ensino Fundamental. A ideia da autora foi propor uma reflexão sobre os fatores externos e internos à escola que contribuem para a naturalização do uso do religioso como um recurso pedagógico e didático. A autora usa das teorias da socialização profissional e da profissionalização docente para construir o argumento.

Com relação aos elementos externos da profissionalização docente, identificou-se, em suas pesquisas, que existe uma dificuldade de compreensão dos professores brasileiros a respeito da diferença entre opinião pessoal e pensamento crítico. Com relação aos elementos internos da profissionalização docente, a autora não dá uma resposta definitiva sobre a questão da naturalização do uso de padrões religiosos na prática docente, mas apresenta alguns elementos para reflexão que puderam ser identificados na análise. Destacou-se à profissão, a socialização profissional e as condições de trabalho. Sendo assim, o processo de naturalização vai sendo estendido e, conseguindo assim, legitimidade no grupo profissional. Isto é, faz parte da construção do docente e está presente em seu contexto social.

É possível concluir que o sistema educativo brasileiro não possui normas claras sobre a relação entre a educação e a religião, e a articulação de ambos, o que faz com que o docente seja formado a partir de elementos externos e elementos internos, e, como consequência, o docente realiza sua prática carregando um peso do contexto pessoal local, sendo assim necessário ir além do discurso da diversidade religiosa.

Conclui-se que é papel dos cursos de formação de professores realizar atividades para que os professores identifiquem seus valores e suas crenças pessoais e suas influências ao exercer a docência.

O **sexto artigo** (da tabela), de caráter qualitativo, versa sobre o ensino religioso nas escolas públicas e toca numa questão de fundo filosófico e político, que no plano teórico se levantou a partir do amplo movimento da *Aufklärung*, e no plano prático se traduziu na laicização do Estado. Com a laicização, o Estado perdeu primeiro a vinculação com a Igreja, depois a vinculação com o divino; a seguir, no processo de secularização, a vinculação com o sagrado. Historicamente, contudo, houve várias reapropriações do sagrado, derivadas do caráter absoluto que muitos atribuíram ao Estado.

O autor usou como ponto de partida a posição de J. Habermas, expressa em algumas de suas intervenções recentes (Arens, 1993) e, em particular, no debate, de 2004, com o então cardeal J. Ratzinger, acerca da fundamentação moral pré-política de um Estado liberal, ou democrático. Foi utilizada a tradução francesa do debate, publicada na revista *Esprit* (julho de 2004), porque não só o texto é compreensível, inclusive pelas anotações do tradutor Jean-Louis Schlegel (2004), como seu conteúdo, contextualizado na cultura alemã contemporânea, é contraposto à esterilidade atual do conceito de laicidade na cultura francesa (Court, 2005). No debate Habermas expressou-se claramente acerca do que constitui o caráter democrático de um Estado. É democrático, segundo Habermas, o Estado que possibilita e incentiva a expressão dos diversos grupos que o compõem. Segundo o autor, ocorre uma parcial divergência entre Habermas e Ratzinger, onde Habermas considera a ação comunicativa como o princípio ético, ao passo que Ratzinger ainda se pergunta pela fundamentação ética da ação comunicativa. Uma vez, contudo, estabelecido o caráter democrático do Estado, um e outro não se contentam com a posição absenteísta do Estado em relação à diversidade de seus grupos componentes, mas, ao contrário, entendem como devendo ser positiva a ação do Estado na promoção das peculiaridades culturais de seus grupos.

O autor afirma que haverá, claramente, regiões de conflito, uma das quais, e das mais importantes, é a do critério da maioria nas decisões coletivas. O essencial, contudo, é o princípio e a contínua ação comunicativa, segundo Habermas, ou a continuidade do diálogo, segundo Ratzinger. Ao Estado democrático cabe não só se

abster de impedir sua manifestação, mas, segundo Habermas e Ratzinger (2004), apoiar positivamente sua expressão.

De acordo com o autor, no Brasil, há um problema prático, possivelmente até de horário e de espaço físico, para atender igualmente a todas as expressões religiosas. A solução, no Brasil, tem sido a de proporcionar aos alunos, em particular aos do Ensino Fundamental, uma visão histórica, antropológica, por vezes psicológica e/ou filosófica das religiões, deixando-se às instituições propriamente religiosas a incumbência de formar na respectiva fé seus respectivos membros. Contra esse modo de encaminhamento que, parece, se orienta o entendimento de Habermas e Ratzinger (2004) do que deve ser a ação de um Estado democrático. Há três razões fundamentais para a insuficiência desse encaminhamento: Não se provê ensino religioso, mas ensino histórico, antropológico, científico das religiões; O ensino proporcionado não satisfaz a nenhuma religião concreta, uma vez que religião não é um conjunto de conhecimentos mas uma atitude, que inclui conhecimentos, afetos e predisposições de ação; Uma atividade limitada à instrução não corresponde à educação, para a qual existe um ministério específico.

Para o autor, se é correta a concepção que Habermas e Ratzinger (2004) têm do Estado democrático, cabe ao Estado ensejar e promover as culturas religiosas das pessoas e grupos em função dos quais existe, incluindo-se nessas culturas o laicismo, o agnosticismo e o ateísmo. Uma forma, de ensejar e promover as expressões religiosas é, sem dúvida, o ensino religioso, entendido no sentido de atitude e de educação.

Sobre a importância das relações interpessoais, o autor afirma que encontros pessoais em grupos menores são uma condição necessária, embora não suficiente, para a eficácia do ensino religioso. São as relações interpessoais que possibilitarão, do ponto de vista psicológico, a dimensão de relação pessoal com Deus, a primeira e mais definidora dimensão fatorial da religião.

As religiões não se equivalem do ponto de vista cognitivo, isto é, uma religião não é outra. Não é possível ensinar uma religião como se fosse outra. No entanto, o autor aponta uma forma de equilibrar isso pode ser a tolerância e o empenho por elevadas causas comuns. No entanto, o mínimo denominador comum nem sempre é o mais indicado para toda finalidade. Nesse nível é possível agrupar as religiões a

espiritualidade e a moralidade, embora com o risco de se agruparem coisas conceitualmente distintas.

O autor conclui que, o quadro esboçado, a partir do entendimento do que seria um Estado democrático contemporâneo e de algumas observações a partir da psicologia, admite, certamente, graus de realização. O que certamente é importante é a reflexão acerca da conjuntura atual do ensino religioso nas escolas. Melhor do que conjuntura pode-se dizer estrutura, pois embora haja variáveis conjunturais em todo planejamento e decisão, às vezes não há clareza a respeito da estrutura da realidade que se quer ordenar. Habermas e Ratzinger (2004) não são ingênuos em relação ao ideal da ação comunicativa ou do diálogo que propõem como base pré-política da convivência social no Estado democrático. A descrição de alguns processos psicológicos de aprendizagem social tampouco garante a efetivação dessa aprendizagem. Porém, essas são contribuições que podem levar à reflexão acerca do que está em jogo, antes de se passar à ação ou à discussão dos caminhos que a ação já iniciou.

O **décimo primeiro artigo** (da tabela) é um estudo de caso que tem como objetivo apontar três dos desafios que se apresentam para o ensino religioso em um mundo secular e como as relações entre a religião e a secularização da sociedade afetaram a educação no Brasil, gerando sensíveis modificações no status do ensino religioso e no conjunto das disciplinas e dos conteúdos escolares, tornando necessária a reflexão ponderada sobre o significado desse ensino e o impacto que, a longo prazo, terá sobre a sociedade brasileira.

Os três desafios enfrentados pelo ensino religioso são: a sua estruturação como disciplina, aceitando que a sociedade brasileira é uma sociedade secularizada; o reconhecimento efetivo da laicidade nas instituições públicas; a necessidade do exercício de uma tolerância religiosa no ambiente escolar.

O artigo ainda diz que a decisão do STF feriu o conceito de Estado laico, pois o princípio da laicidade estatal exige que o Estado se mantenha neutro frente a quaisquer confissões religiosas. Ao avalizar o ensino confessional, o Estado estaria financiando a religião. Não se pode, pois, admitir a contratação de professores na rede pública na qualidade de “representantes” de determinada religião, pois não se conseguiria atender de forma igualitária a todas elas.

Os autores concluem que é necessário o enquadramento das Ciências da Religião enquanto ciências de referência para o ensino religioso para, a partir dessa perspectiva, criar-se uma leitura pedagógica e, conseqüentemente, uma sustentação teórica que ressignifique a área, garantindo-lhe um estrato teórico e uma metodologia definida que possa ser utilizada por profissionais preparados para garantir a diversidade, o respeito e a tolerância religiosa acima das convicções confessionais.

8.3 GÊNERO E SEXUALIDADE

O **terceiro artigo** (da tabela) é uma pesquisa de levantamento de campo na qual os autores discutem os desafios da prevenção em tempos de crescimento de casos de Aids entre jovens. Opiniões e práticas de estudantes no ensino médio, coletadas em pesquisa realizada de 2013-2017, indicaram que estavam incorporando o discurso preventivo e que a religiosidade tem efeito em crenças e valores antes da iniciação sexual, que podem interferir negativamente no uso de preservativo desde a primeira relação.

Os autores fazem uma comparação do momento atual com o ocorrido na década de 1980, pois um discurso moral-sexual foi largamente usado para validar o poder e a repressão de opositores à ditadura civil-militar. A educação sexual era obrigada a restringir-se à “educação moral e cívica”. Conselheiras do Conselho Federal da Educação afirmavam que essa era “uma tarefa da família”. Discurso que foi retomando em 2019, com o presidente Bolsonaro, onde nos primeiros meses, o discurso moral-sexual foi foco em diferentes ministérios de seu governo, e defendeu-se que apenas a família deveria falar com adolescentes sobre sexualidade. Além de que Cristãos ultraconservadores questionam a educação sexual nas escolas e iniciativas legislativas acusando de “propagar a ideologia de gênero”. Estimulando a autocensura nas escolas e encolheu o acesso à educação preventiva baseada na literatura científica e validada nas Nações Unidas.

Antecipando o aumento da vulnerabilidade dos jovens às IST/Aids nessa nova conjuntura, o projeto que deu origem a este trabalho forneceu informações valiosas sobre mudanças e continuidades na dinâmica do discurso da sexualidade. Os dados analisados foram debatidos nas escolas ao apresentarem a linha de base. Expressam parte relevante dos discursos estruturantes da iniciação sexual dos jovens e a

diversidade de opiniões e práticas de acordo (ou não) com sua religião e religiosidade – religiosidade que é tema central no debate iniciado pelos governantes eleitos em 2019.

A pesquisa iniciou-se pela colaboração com a comunidade escolar para levantar o sentido que atribuem à sexualidade e à prevenção, além de descrever as práticas sexuais e preventivas dos estudantes que, autorizados pelos pais, consentiram participar. Já convivendo com os retrocessos nas políticas de prevenção do período, o debate de resultados que demonstrou a diversidade de opiniões e práticas na comunidade escolar foi crucial para sustentar o consentimento e o diálogo permanente com pais e professores.

Os jovens responderam individualmente a um questionário em palm-tops, assistido/as por dois monitores treinados. O questionário continha apenas um código de identificação numérico para manter o anonimato e incluía: (a) sexo, idade, renda familiar, bairro onde mora, série que está cursando, religião, religiosidade; (b) percepção de risco de infecção por HIV/Aids e conhecimentos sobre prevenção; (c) locais de aquisição do preservativo e atitude frente à prevenção; (d) práticas sexuais; (e) anticoncepção e prevenção da gravidez. O questionário baseou-se em instrumentos de pesquisas validados no país.

Para garantir comparabilidade com a literatura, os autores selecionaram respostas de 925 estudantes que tinham entre 15-19 anos e estabeleceram uma linha de base para a intervenção que se seguiu. Com o software SPSS (versão 23), analisaram “opiniões sobre prevenção e sexualidade” dos estudantes de diferentes religiões. Na análise, estudantes batistas, presbiterianos, metodistas e os pertencentes a denominações neopentecostais foram incluídos na mesma categoria.

A análise de regressão binomial foi realizada para três desfechos de práticas sexuais: já ter tido relação sexual, uso de preservativo na primeira relação sexual vaginal e uso de preservativo na última relação sexual vaginal. As variáveis independentes consideradas para esses três desfechos foram: idade, sexo, cor da pele, religião, crenças e atitudes em relação à sexualidade. Para investigar os preditores do uso de preservativo, além das variáveis já citadas, foram adicionadas à idade da primeira relação sexual e as crenças sobre o uso do preservativo.

Após a pesquisa foram encontradas quatro variáveis relevantes: (1) a idade no momento da primeira relação sexual foi um preditor para uso de camisinha na última

relação sexual, ou seja, adiar a iniciação sexual aumentou a chance de usar camisinha na última relação; (2) usar preservativo na primeira relação sexual também aumentou a chance de usar preservativo na última relação sexual; (3) concordar que camisinha tira o romantismo do sexo diminuiu a chance de uso de preservativo na última relação; (4) os homens foram quase quatro vezes mais propensos a usar preservativo do que as mulheres. Esses fatores sugerem que, contrariando os desejos dos grupos políticos cristãos conservadores, a discussão sobre prevenção e desigualdade de gênero nas escolas é essencial para garantir proteção eficaz contra a infecção por HIV/ISTs e gravidez indesejada entre adolescentes.

Os autores concluíram após a pesquisa que a religiosidade tem efeito em crenças e valores antes da iniciação sexual, podendo interferir negativamente no uso de preservativo desde a primeira relação. Sustentar o direito à prevenção dependerá de ampliar a compreensão pública sobre como a religiosidade vivida difere da política-religiosa. Os autores ainda sugerem monitorar o efeito da retomada de discursos morais e da possível descontinuidade de programas de prevenção bem-sucedidos, sugerem também o acesso à “prevenção combinada” das IST/Aids.

O **décimo segundo artigo** (da tabela) tem como objetivo elencar os principais discursos discriminatórios relativos aos temas Sexualidade e Gênero para então expor os processos formadores desses discursos, denunciando falhas epistemológicas e lógicas, de maneira a contribuir para o exercício de práticas pedagógicas inclusivas, mediante a apresentação de dados com linguagem científica, porém didática, visando ser um trabalho acessível ao maior número de pessoas possível, além de educadoras e educadores.

Sobre a metodologia, foi realizada uma pesquisa inicial, sobre o estado da arte, em bancos de dissertações e teses, que apontou a possibilidade de contribuição do projeto à educação, quando evidenciou que o uso das ideias da Desconstrução, propostas por Jacques Derrida, como forma de questionar as formações discursivas discriminatórias sobre Gênero e Sexualidade, poderia trazer inovação.

A primeira fase da execução do projeto foi a realização de uma série de 38 entrevistas com alunas e alunos formandos do Ensino Médio, em uma escola pública de uma cidade projetada, localizada no interior do Estado de São Paulo. Após assinatura de termos de consentimento, por parte dos responsáveis, e termos de assentimento, por parte de alunas e alunos menores de idade, que se submeteram às

entrevistas semiestruturadas (MANZINI, 2012), iniciadas com perguntas diretas, a partir das quais, em função da evolução da entrevista, puderam ser complementadas por outras perguntas elaboradas ocasionalmente, de maneira a se obter dados mais aprofundados.

Na segunda fase, passou-se a investigar o pertencimento dos enunciados elencados a diferentes “Formações discursivas” (FOUCAULT, 2008) originais, que deveriam ser identificadas antes de se dar prosseguimento à análise.

Na terceira fase da pesquisa foi utilizado o método “arqueológico” (FOUCAULT, 2008), mediante o qual foram buscadas as fundamentações históricas que apoiam na atualidade os enunciados discriminatórios detectados nos discursos, considerados em seus contextos originais, esses últimos, relativos à episteme da época da materialização dos enunciados discriminatórios fundantes. Essa etapa buscou, também, definir as “condições de produção” (FOUCAULT, 2008) dos discursos.

Na quarta fase desta investigação foram feitas comparações dos significados de palavras-chave, selecionadas a partir dos enunciados analisados, comparando o seu significado, em seu contexto original, com o significado que poderiam ter contemporaneamente.

Na quinta fase da pesquisa foram investigados os discursos com base no conceito filosófico do Logocentrismo, trazido por Derrida (1973), para uma discussão sobre a composição ideológica dos discursos discriminatórios. Nesse momento, incluiu-se, também, o emprego da Lógica Formal aristotélica na análise de como se relacionam os conceitos presentes nos discursos na sua produção da significação, atualmente, especialmente quanto à discriminação relativa à Gênero e Sexualidade.

Na sexta fase da investigação, utilizou-se da Análise de Conteúdo de Bardin (2004), na variante proposta por André (1983), denominada “Análise de prosa”, para identificar e elencar categorias de discriminações expressas nas proposições elencadas, de maneira que foi possível obter alguns dados estatísticos sobre a incidência de tipos de discriminações.

A sétima fase da análise interpretou as proposições elencadas, e as formações discursivas evidenciadas, segundo a ótica da Genealogia do Poder, de Foucault (1999, 2006), conceito usado para analisar as intenções veiculadas pelos discursos

como veículos que articulam Poder e Saber para a moldagem de indivíduos (FOUCAULT, 2006).

Os autores concluíram que as atuais discriminações de Sexualidade e Gênero estão ligadas a pressupostos provindos do discurso inicial religioso judaico, da Idade do Bronze, que passou do Judaísmo ao Cristianismo, reforçado pelo discurso logocêntrico, na Idade Média. Contudo, muitos dos tais conceitos somente começaram a ser questionados a partir da segunda metade do século 20, mediante um processo de desconstrução, que é apontado pelos autores como um poderoso processo, que pode auxiliar docentes e estudantes na compreensão da construção sociocultural na qual se sedimentam preconceitos e discriminações, tornando evidentes e compreensíveis os motivos pelos quais se deve abandonar e lutar contra discriminações sociais de toda ordem

Em face desses resultados, conclui-se ainda que seja necessário à Ciência abrir o diálogo com o campo religioso para que seja ensinada e realizada a análise contextual do discurso histórico e a promoção de sua atualizada e correta interpretação contextual. Os autores afirmam que ensinar sobre o respeito à diversidade, na escola, configura-se não somente como um direito relativo à educação, garantido constitucionalmente, mas também representa um dever de educadoras e educadores de qualquer nível ou modalidade de ensino.

8.4 CORPO

O **quinto artigo** (da tabela), de alguma forma, toca nas questões relacionadas ao corpo, na medida em que se debruça sobre as questões de civildade e governabilidade (teorias caras aos estudos sobre corpo). É um estudo de caso/documental, que se propõe a analisar os discursos sobre o ensino de civildade enunciados em um compêndio direcionado para a educação dos “[...] meninos portugueses, desde os tenros anos” (Siqueira, 1786, prólogo). O interesse por sua análise justifica-se na medida em que, nos finais do século XVIII, a circulação de impressos que enunciavam a modelação de uma imagem específica para o sujeito infantil ganhou centralidade na cultura impressa portuguesa, impulsionada por interferências na esfera política promovidas na regência de D. José I (1714-1777). Nesse sentido, foi descrito todo um conjunto de formalidades, de adaptações das

palavras e de ações que os sujeitos deveriam adotar entre si para demonstrar o mútuo respeito e consideração. Noções de boas maneiras, cortesia e polidez foram temas de uma ampla literatura de comportamento social, manuscrita e impressa, que circulou no contexto europeu desde o século XVI, alargada por traduções no século XVIII e extensivamente republicada até a metade da centúria dos Oitocentos. Atualmente, diversos estudos apontam a proximidade entre os domínios da civilidade e da pedagogia na perspectiva de exercer o controle sobre os corpos dos infantis (Adão, 1997; Ferreira, 2009; Araújo, 2014). Cabe destacar que, se, por um lado, a literatura de comportamento social idealizava modelos de conduta e de educação infantil, por outro, este modelo não se destinava a todos os grupos sociais.

Nesta investigação, a problemática teórica em torno do conceito de 'governamento' ganha centralidade, pois temos como finalidade estabelecer bases enunciativas sobre as modernas práticas de subjetivação, que constituíram a população infantil masculina de uma época. Como objeto analítico, escolheram a obra *Escola de politica ou tractado pratico da civilidade portugueza [...]*, de autoria do padre português João da Nossa Senhora da Porta Siqueira (17??-1797), publicada inicialmente na cidade do Porto, no ano de 1786.

Para melhor sistematização de análise deste texto, foi apresentado, inicialmente, uma breve concepção do conceito de civilidade no vocabulário português da época, bem como o processo de formulação do seu ensino, evocado na legislação pombalina e destacado na cultura impressa em Portugal do Setecentos. A seguir, foi apresentado e analisado um conjunto de enunciados da obra agrupados, pelos autores, por meio de três unidades de sentido relativas ao modelo pedagógico de civilidade adotado pelo autor: urbanidade cristã, boa aparência com o corpo e polidez no trato social.

Nas considerações finais, os autores reafirmaram que a relação discursiva acerca do infantil civilizado alimentou-se da premissa de que se deveria estabelecer um conjunto de regras normativas, que conferisse um modelo específico de imagem para o sujeito infantil masculino do século XVIII português.

O **décimo artigo** (da tabela), é um estudo de caso/documental que tem por objetivo observar como as práticas corporais eram utilizadas como conteúdos educacionais em instituições salesianas de ensino. Este artigo foi classificado na categoria “corpo”, por tratar especificamente do objeto de estudo da EF que são as

práticas corporais. Os autores adotaram como recorte temporal as três primeiras décadas do século XX, momento crucial no que tange à estruturação da escolarização da educação física no Brasil.

As principais fontes dos autores para a pesquisa foram os anuários de colégios salesianos. Os autores fizeram, ainda, um recorte do objeto, por certo arbitrário, na observação de três instituições salesianas: o Colégio Salesiano Santa Rosa, localizado em Niterói, Estado do Rio de Janeiro; e as instituições paulistas: Liceu Sagrado Coração de Jesus, na cidade de São Paulo e o Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora, localizado no município de Campinas. O critério de escolha das três instituições ocorreu a partir da compreensão que o Colégio Salesiano Santa Rosa foi o pioneiro na inserção e expansão da Obra de Dom Bosco no Brasil. Além dele, as instituições paulistas passaram a integrar a pesquisa pela relevância que possuíam no sistema salesiano, localizadas em cidades com importâncias econômica e cultural no período estudado. A partir dos acervos específicos dos colégios foi constituído um corpo documental caracterizado por imagens e documentos escritos, como cartas, reportagens e convites encontrados em 43 anuários. Os anuários não corresponderam a toda periodização, no caso do Colégio Salesiano Santa Rosa os documentos eram sequenciados entre os anos de 1922 a 1930, no Liceu Sagrado Coração de Jesus de 1915 a 1930, no Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora de 1913 a 1930

Os autores concluíram que os Salesianos em nenhum momento negaram seus princípios religiosos, mas souberam acomodar em seu cotidiano práticas corporais que até então eram estranhas, já que eram metódicas, racionalizadas, mas propiciavam por meio da educação do corpo a divulgação para as elites de seu projeto educacional marcadamente católico, mas ao mesmo tempo atual e dinâmico, condizente com os tempos modernos do início do século XX.

O **décimo terceiro artigo** (da tabela) contempla o chamado obsceno infantil, um conjunto de brincadeiras, rimas, desenhos, palavras e gestos compartilhados pelas crianças que pode ser qualificado como obsceno, constituindo uma das expressões da cultura infantil. A partir do levantamento da produção bibliográfica sobre a temática, no campo do folclore infantil, da sociologia da infância e de estudos psicolinguísticos, as autoras buscaram apreender as manifestações do obsceno infantil, através de observação, em uma sala de aula, de crianças entre 6 e 7 anos,

numa escola particular de classe média urbana. Nesse contexto, verificou-se uma presença rarefeita do obsceno infantil, expresso num diálogo desenvolvido pelas crianças e mediado pela professora, sobre os significados do “palavrão”, analisado neste trabalho. O diálogo demonstrou que, a partir de seus fragmentos, as crianças buscaram compreender o que define o palavrão, seus usos e as razões de sua interdição. Evidenciou-se também a singularidade do olhar das crianças observadas sobre o tema, definida pelo pertencimento sociocultural desse grupo.

O artigo diz que no conceito construído coletivamente por essas crianças, um palavrão é uma palavra arbitrariamente inventada e interdita por um outro (por Deus ou pela cultura), que elas não sabem o que significa (embora algumas desconfiem que se refira à realidade de seus corpos), mas que alguém decide que é feia. Para elas, a seleção das palavras feias é comunicada às crianças como num segredo compartilhado. Prosseguem entendendo que tais palavras não devem ser faladas, porque são feias e falá-las consistiria em má educação, ou possuem potencial para ofender alguém. Apesar de ser feio falar palavrão, consideram que é bom falar para desabafar alguma raiva.

Em determinado momento do artigo, é citado que as crianças do grupo recorreram às relações entre o sagrado e o profano para compreenderem a origem do palavrão, lançando mão de um ethos religioso. “Se Deus criou todas as coisas, teria também criado o palavrão?”, parecem pensar. “Mas, se o palavrão é algo ruim, como Deus o criou?”. As crianças também falam sobre o dedo do meio, conjecturando: se palavrão não veio de Deus e o dedo do meio é palavrão, Deus não tem esse dedo. Portanto, de acordo com elas, o palavrão é tudo que Deus não tem (em seu corpo). Com isso, pode-se inferir que as crianças reproduzem uma oposição entre o sagrado e o profano, em que o palavrão remete a algo ausente no corpo divino.

As autoras destacam também a centralidade do corpo na formulação do conceito de palavrão. À semelhança dos adultos (ORSI, 2011), que utilizam no palavrão a referência a partes do corpo para expressar a sexualidade, as crianças tomam o corpo como referência para discutir o conceito de palavrão (o dedo do meio). Ainda que compreendam essa relação, elas parecem não apreender a dimensão sexual presente nesse gesto (quando fazem referência ao dedo do meio), indicando não dominarem as metáforas utilizadas pela cultura adulta para fazer referência a órgãos sexuais. Assim, não é possível afirmar que as crianças estabeleçam uma

relação entre corpo e sexualidade. Porém o constitui uma potente referência simbólica para a construção da noção de palavrão, considerando que as crianças, desde pequenas, lidam com as interdições na exposição e manipulação de alguns de seus órgãos.

Nas considerações finais as autoras deixam claro que por se tratar de um estudo de caso, credor das especificidades do grupo de crianças em questão, as conclusões da pesquisa não poderão ser universalizadas, tampouco se esgotam as possibilidades de existência de outros modos de compartilhamento do obsceno infantil.

Chamou atenção das autoras a necessidade de investigações ancoradas nos referenciais teórico-metodológicos dos estudos da infância, que possibilitem tanto resgatar a singularidade das expressões do obsceno infantil, em suas diferentes manifestações, como situar as condições socioculturais que informam seu uso.

No caso da investigação desenvolvida no artigo, as autoras entendem que o compartilhamento do obsceno pelas crianças necessita de algumas condições. Além das questões metodológicas já apontadas, talvez a baixa incidência da temática no grupo observado se deva à idade daquelas crianças, que, encerrando a primeira infância. Ademais, a forte proteção familiar característica desse grupo social possivelmente restringiu o acesso das crianças ao obsceno. A assepsia dos programas infantis e as precauções diante dos potenciais riscos contemporâneos (traumas, sexualidade precoce, assédio, bullying) fazem com que as crianças urbanas das camadas sociais médias lidem com assuntos considerados adultos de forma significativamente mediada, até porque convivem pouco com crianças de outras idades e de realidade social diversa.

Por fim, as autoras observam também a tensão contemporânea quanto às manifestações do obsceno infantil com impactos diretos sobre a escola. Se existe uma fértil produção cultural dirigida à criança, em que algumas expressões do folclore obsceno infantil se mostram presentes, nos últimos anos, no Brasil, a interdição da circulação e do acesso a produções culturais e informações sobre temas considerados tabus por grupos político-religiosos tem sido crescente e poderosa. Tal tensão demonstra que, mais uma vez, a criança é objeto de discursos e práticas de controle do acesso ao conhecimento e à cultura, em nome de uma representação de pureza e inocência ainda presentes.

O **décimo quarto artigo** (da tabela) é um estudo de caso/documental que apresenta as contribuições de Benjamin Franklin relativas à educação do corpo. O artigo buscou responder à seguinte problemática de pesquisa: como as noções de saúde e de educação do corpo se mostraram presentes na obra do pensador norte-americano Benjamin Franklin? Para se alcançar o intento, realizou-se uma pesquisa historiográfica, tendo-se como fontes primárias os textos do autor que indicavam a existência de elementos de uma educação do corpo, representados mediante dietas, exercícios e moderação.

Para análise, os autores realizaram um diálogo com a obra do historiador francês Georges Vigarello, em função de suas contribuições para a compreensão das mudanças históricas em processos de usos e atribuições de sentido do corpo e das práticas de saúde, no século XVIII, período em que o norte-americano escreveu suas obras.

Os autores justificaram a pesquisa em torno dos textos de Franklin se justifica pelos seguintes motivos: Existem indícios, ainda pouco explorados, em estudos da área de história da saúde, que têm o apontado como um dos pioneiros norte-americanos em conselhos de nutrição e educação física; O século XVIII é tido como um período de diversas transformações no campo da saúde, e a leitura das obras do pensador norte-americano pode contribuir para melhor se compreender o contexto; A sociedade americana da época, especialmente a colônia da Pensilvânia, era predominantemente fiel ao culto protestante, em que imperavam fortes críticas ao denominado mau uso do tempo livre.

Destacou-se no artigo o papel de Benjamin Franklin nas prescrições de saúde e educação do corpo. A moral protestante, ao considerar todos os elementos da vida como possíveis ferramentas para a condenação ou salvação do espírito, não podia excluir o que se fazia com o corpo na alimentação e nos seus cuidados higiênicos. Apesar de os textos não mostrarem desvinculação de seus fundamentos religiosos, ficou evidente, pela leitura das fontes, que ser saudável não seria apenas uma exigência para a salvação do espírito, mas uma condição fundamental para ser um indivíduo bem-sucedido, era uma verdadeira missão 'evangelizadora' a ser realizada.

Os autores ainda dizem que Franklin parece protagonizar essa postura de anexar valores às práticas corporais no contexto norte-americano, sendo um dos primeiros a fazer isso com atividades como a natação. Mensurar o potencial de

Franklin no tocante à educação do corpo no decorrer dos eventos históricos norte-americanos é uma tarefa de proporções maiores às almejadas pelos objetivos deste texto.

Demonstrou-se, pela análise das fontes, que uma moral de cunho religioso moldou os cuidados do corpo, apresentando elementos de quantificação, individualização, treinamento e moderação dos hábitos, com ênfase no papel da natação como atividade útil e saudável. Concluiu-se que uma moral protestante influenciou a visão de Franklin em relação à educação do corpo, por meio do utilitarismo vinculado ao ascetismo como estilo de vida.

O **décimo quinto artigo** (da tabela) é um ensaio que investiga as razões da negação ou do silêncio do corpo na ética, tendo como contextualização do problema a tradição platônica, cartesiana e cristã e sua interpretação do ser humano como um duplo corpo-alma, que prioriza a consciência de si e reafirma a fundamentação racional da ética. A partir do século XIX tem início a revisão do entendimento do corpo. Na sequência, apresenta-se a tese de Shusterman de que a rejeição do corpo na ética se deve à força de sua ambiguidade fundamental e se analisam diferentes expressões dessa ambiguidade inscritas no modo como o corpo as experiencia. Uma visão unificada de corpo e mente, como propõem Espinosa e Damásio, reconhece que consciência e emoção não são separadas e que uma consideração do corpo é decisiva para o cuidado de si e para a atenção aos outros. Por fim, argumenta-se que a estética pode operar em favor do corpóreo na ética, em especial para a ética na educação, pelo trabalho das emoções e sentimentos, pois decisões éticas evocam de maneira consistente experiências intelectuais, mas também emocionais, cuja base é corpórea. A literatura, pela experiência estética que provoca, apresenta condições especiais para narrar a complexidade envolvida na vida ética e trabalhar emoções e sentimentos, como se observa na obra *A morte de Virgílio*, de Hermann Broch.

Na tentativa de tornar menos obscura a relação entre ética e corpo, a autora procurou, inicialmente, situar as razões que circunscrevem o corpóreo no âmbito das dicotomias metafísicas, atribuindo-lhe um lugar periférico, algo a ser dominado e, até mesmo, negado ou silenciado. A origem dessa interpretação, enraizada na tradição platônica, cartesiana e cristã, aponta a primazia da alma, da consciência de si e da fundamentação racional da ética. Como abordado ao longo do texto, a trajetória percorrida pela questão do corpo na cultura ocidental sofre profundas oscilações, que

vão desde a aproximação feita por Hume a respeito dos sentimentos morais, passando pela contribuição de Nietzsche, que destaca a dimensão radicalmente corpórea das funções relacionadas com a consciência e o pensamento. Contudo, é com Espinosa e, contemporaneamente, com o neurocientista Damásio que a abordagem de unidade entre corpo e alma afirma o comportamento ético associado às afecções do corpo, rompendo com a oposição corpo-alma ou corpo-mente, para afirmar a posição favorável de uma continuidade entre o corpo e as representações mentais do que ocorre com o corpo.

A autora também fala sobre o enfoque pragmatista de Shusterman que situa-se nesse movimento mais amplo de valorização do corpóreo, acrescido, entretanto, da originalidade que a experiência somática assume na constituição de nosso ser. Sua hipótese para a recusa da consideração do corpo na ética se deve ao fato de que o corpo expressa a ambiguidade fundamental do ser humano, revelada tanto no poder como na fragilidade das experiências corpóreas, sobretudo, a experiência da dor e da morte. A discussão ética tentou contornar essa fragilidade, silenciando a dimensão corpórea e assegurando a fundamentação em bases mais sólidas, provenientes da atividade racional. Shusterman defende o aprimoramento da consciência dos sentimentos e das ações corporais para favorecer o conhecimento de nós mesmos, uma vez que princípios e normas éticas dependem de como o corpo os experiencia.

Por fim, a autora sugeriu o modo educativo como a estética pode operar em favor do corpóreo na ética, pelo trabalho das emoções e sentimentos, particularmente no exemplo da obra *A morte de Virgílio*, de Hermann Broch. A experiência estética, promovida pelos romances, auxilia a compreender a complexidade das decisões éticas, que não dependem apenas de dimensão intelectual, mas também de experiências emocionais, cuja base é corpórea.

A intenção da autora foi quebrar o silêncio da relação entre corpo e ética. A autora afirmou que reconhecer que o corpo está na base da emoção é um passo decisivo para uma ética que não pretenda ignorar a nossa condição no mundo. O mero conhecimento intelectualista das paixões não é suficiente para superar sua força, mas sim o trabalho sobre as emoções, a partir do reconhecimento de que o corpo age sobre a vida mental.

9. ANÁLISE DOS ARTIGOS

Foi possível perceber a grande quantidade de artigos históricos e antropológicos ao longo da pesquisa, totalizando 4 artigos, sendo os artigos 4, 7, 8 e 9, que ressaltam a interferência religiosa, mostrando a influência da religião em diversos aspectos, principalmente sobre a educação. Vale citar que o quarto e oitavo acabam falando sobre instituições que existem até hoje e foram criadas com um caráter missionário.

Além dos artigos históricos e antropológicos, foi possível perceber uma quantidade considerável de artigos sobre Currículo, Ensino Religioso e Laicidade (1;2;6;11). Nos artigos, questionam muito o propósito e o lugar da disciplina de Ensino Religioso como integrante do currículo escolar, assim como a formação dos docentes,

Na construção desse trabalho, achamos impossível separar essas três temáticas, pois a discussão do currículo está presente tanto na formação do docente, quanto do discente. Assim como a laicidade, que como dito na revisão bibliográfica, as discussões sobre ela se encontram diretamente pautadas pela presença da religião nas esferas da política, impedindo que o Estado cumpra a sua função constitucional de forma plena e eficaz (GABATZ, 2017).

Apesar de não ser o foco da pesquisa, acabou que nos foi apresentados dois artigos (3 e 12) que envolviam a temática de gênero e sexualidade. Ambos acabaram nos mostrando como a religião afeta negativamente esses dois temas.

Por fim, selecionamos cinco artigos (5, 10, 13, 14 e 15) que falavam sobre corpo. O décimo terceiro apesar de não ser um texto sobre o corpo, ele o coloca como um elemento central, onde as autoras dizem inclusive que os adultos, utilizam no palavrão a referência a partes do corpo para expressar a sexualidade, e as crianças tomam o corpo como referência para discutir o conceito de palavrão (o dedo do meio). O décimo quinto artigo já seria um texto filosófico sobre uma visão dualista do corpo. Vale citar que os artigos 5, 10 e 14 poderiam estar na categoria “históricos e antropológicos”, porém decidimos dar um foco maior no corpo, como era a intenção desde o início do trabalho.

Como pode-se observar, todas as pesquisas podem ser classificadas na área da Educação. Assim como todos eles falam em algum momento sobre a interferência religiosa. Pode-se perceber também a baixa quantidade de artigos que foram

encontrados (apenas 15), podendo afirmar assim que são poucas pesquisas relacionadas à influência religiosa nas escolas.

Observamos também que apenas dois artigos falam explicitamente sobre a educação física e as práticas corporais, sendo ambos os textos de caráter histórico. Sabemos que existem outros artigos importantes sobre o tema e que não foram classificados nesta revisão. Rigoni (2008, 2013, entre outros) já vem se ocupando da relação entre corpo, Educação Física e práticas corporais há mais de uma década. Esta é, no entanto, uma trajetória um pouco solitária na Educação Física, carecendo de mais pesquisas.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um total de 355 documentos encontrados entre 2018 e 2022 na plataforma da Scielo, apenas 15 artigos se enquadram nos critérios desejados para esta pesquisa. A análise procurou apurar como a religião cristã exerce influência na escola e no processo de escolarização. Também tentou-se compreender como a religião cristã afeta os conteúdos trabalhados na escola e por fim tentou compreender como a religião cristã influencia na educação dos corpos e refletir sobre estas possíveis influências nas aulas de EF.

É possível perceber também que a grande maioria dos artigos produzidos sobre essa temática estão concentrados na região sul e sudeste, pois treze das quinze pesquisas estão localizadas nessas regiões, sendo uma delas realizada em parceria com uma universidade do Uruguai e outra em Brasília. Apenas uma no Nordeste (Pernambuco) e outra vinculada a uma universidade estrangeira (França).

Com a leitura dos artigos fica ainda mais perceptível como a religião cristã sempre foi e continua presente na constituição do nosso país e como mobiliza ações no campo da política e da educação. A relação entre religião e educação não é, em si, algo positivo ou negativo, mas quando vemos o Estado e a escola pública, que deveriam ser laicos, sofrendo interferências de grupos religiosos, percebemos a importância de pesquisas que analisem e denunciem esta relação.

Percebemos, no momento atual, que grande parte do debate político no país tem sido pautado pela disputa no campo religioso. Como nos mostra Almeida (2019), nunca os cristãos (e principalmente os evangélicos) foram tão presentes no espaço

público. Não é à toa que temos visto cada vez mais interferências acerca de determinados assuntos, como gênero e sexualidade.

No que diz respeito à relação entre corpo e religião, alguns autores como, por exemplo, Rigoni (2008, 2013), já vêm alertando para o modo como a Educação Física precisa estar atenta a tais questões. De alguma forma a religião sempre educou corpos e comportamentos e, como professores precisamos compreender a formação do Estado Laico, a interferência religiosa no espaço público e na educação, bem como o papel dos professores que devem estar comprometidos com os conhecimentos científicos e não com os dogmas religiosos.

No que diz respeito à Educação Física, torna-se necessário compreender o nosso papel na educação dos corpos para o movimento e para as práticas corporais de modo o nosso conhecimento possa servir como contraponto as limitações impostas pela religião. Fazer isso não é tarefa simples e exige pesquisa e reflexão. Por isso, podemos concluir que este debate deve ser ainda mais aprofundado no âmbito da educação, pois as pesquisas ainda são incipientes.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14724**: Informação e documentação. Trabalhos Acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ALMEIDA, Márcia. ANOÇÃO JUDAICO-CRISTÃ DO CORPO E SEUS AFETOS PLÁSTICOS NA DANÇA CONTEMPORÂNEA. O Percevejo, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p.1- 24, 2011. Semestral.

BOTELHO, Octavio Da Cunha. **Afinal, O Que É Religião?**. Clube de Autores, 2010.

CONCEIÇÃO, Maria Leite. **A influência religiosa em escolas públicas conveniadas com instituições religiosas em Salvador**. Orientador: Jumara Novaes Sotto Maior. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) (Pedagogia) - Universidade Federal da Bahia, [S. l.], 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34985>. Acesso em: 3 ago. 2022.

RESENDE, Helder Guerra de; SOARES, Antônio Jorge Gonçalves. Conhecimento e especificidade da educação física escolar, na perspectiva da cultura corporal. **Revista Paulista de Educação Física**, p. 49-59, 1996

FERREIRA, Lucas Vinícius de Oliveira. **Educação Física, Esporte E Religião: Interferências E Relações**. 2010. 56. Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte, Escola De Educação Física, Fisioterapia E Terapia Ocupacional, 2010.

GABATZ, Celso. Religião, laicidade e direitos sexuais e reprodutivos: a presença de grupos religiosos conservadores nos espaços públicos da contemporaneidade. **Estudos de religião**, v. 31, n. 1, p. 1-23, 2017.

GOMES-DA-SILVA, P. N. Educação para liberdade, solidariedade e ludicidade: Reforma Protestante e corporeidade humana. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 15, n. 46, p. 595-614, 30 jun. 2017.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LUTERO, Martinho. **Debates e controvérsias II: Obras Selecionadas**. v. 4. São Leopoldo, Porto Alegre: Sinodal, Concórdia, 1993.

OLIVEIRA, J.. RELIGIÃO, EDUCAÇÃO E A INFLUÊNCIA DA LEI 10.639/03. **SEMANA TEOLÓGICA DA UNICAP**, Brasil, nov. 2017. Disponível em: <http://www.unicap.br/ocs/index.php/semanateologica/sta/paper/view/641/162>>. Data de acesso: 17 Ago. 2022.

PAULA, Arlete Rodrigues Vieira de. A Fé sarada: a relação corpo e religião nas academias de ginástica em Juiz de Fora. Repositório Institucional UFJF, 2015.

Disponível em: < <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/120> >. Acesso em: 09 de maio de 2022.

RIBEIRO, Vivian. **A laicidade do estado e a educação confessional no Brasil**. Orientador: Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto. 2020. Dissertação (Programa de pós graduação em Direito político e Econômico) - Universidade Presbiteriano Mackenzie, São Paulo, 2020. Acesso em: 29 mar. 2022.

RIGONI, Ana Carolina Capellini; DAOLIO, Jocimar. Educação física e religião: tensões entre a educação para o lazer e a busca do prazer. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 19, n. 2, p. 364-387, 2016.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 11, p. 83-89, 2007.

SCHUNEMANN, Haller Elinar Stach. A Educação Confessional Fundamentalista no Brasil Atual: Uma análise do sistema escolar da IASD. **REVER: Revista de Estudos Da Religião**, v.9, 2009

STRIEDER, Inácio. O homem como ser corporal. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 19, n. 56, 2012.

SOUZA, Alexandre Rocha de. A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NA PRÁTICA DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA **Educación Física y Deportes Revista Digital**, Buenos Aires, v. 15, n. 208, set. 2015.